

Diário do Legislativo de 24/07/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - 54ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 - ERRATA

ATA

ATA DA 54ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 17/7/2009

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado Irani Barbosa; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Requerimentos: Requerimento da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado; votação do requerimento; aprovação; verificação de votação; inexistência de número regimental para votação; anulação da votação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.337/2009; discursos dos Deputados Irani Barbosa e André Quintão; encerramento da discussão; requerimentos dos Deputados Padre João e Gilberto Abramo; deferimento; requerimento do Deputado Padre João; aprovação do requerimento; verificação de votação; ratificação da aprovação; questão de ordem; votação do projeto, salvo emendas, subemendas e destaques; aprovação; verificação de votação; ratificação da votação; votação dos §§ 1º e 2º do art. 19, do art. 52 e das Emendas nºs 1 a 22 e 213; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação, salvo destaques; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 57, 60, 68, 70, 71, 72, 83, 86, 89, 96, 97, 102 e 152; votação das emendas com parecer pela rejeição, salvo destaque; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação das Emendas nºs 59 e 88; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; prejudicialidade da Subemenda nº 1 à Emenda nº 59; declarações de voto; questão de ordem; declarações de voto - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.856/2007; renovação da votação do parecer; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.337/2009; questão de ordem; encerramento da discussão; votação do parecer; aprovação; verificação de votação; declaração de voto - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.186/2009; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.384/2009; encerramento da discussão; votação do parecer; aprovação; verificação de votação; ratificação da votação - Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.690 e 2.858/2008, 2.985 e 3.248/2009; aprovação; declarações de voto - Registro de presença - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Ademir Lucas - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Aloise - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

- O Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discuti-la, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, ontem, durante a sessão, esqueci-me de mencionar alguns detalhes. Chegou ao meu conhecimento que, num Estado do Brasil - ainda não sei qual é, estou buscando informações mais precisas -, aconteceu algo muito grave, coisa que obviamente não acontece em Minas Gerais. Chegou ao meu conhecimento que houve uma disputa para a Procuradoria do Ministério Público daquele Estado, em que o Procurador da lista triplíce só foi indicado porque a esposa dele, Juíza Federal, sentou em cima de um processo que mandaria o Líder do governo desse Estado para a cadeia. Já imaginou a gravidade dessa denúncia, Deputado? São coisas que, obviamente, acredito que não acontecem em Minas Gerais. Veja, no entanto, o que acontece pelo País afora: um Procurador é indicado para que sua esposa possa sentar-se sobre um processo e evitar que um Líder de governo vá para a cadeia. Absurdo, não? Procurarei informar-me melhor a respeito de que Estado é esse, para, então, voltar a comentar o fato, que é de enorme gravidade. Buscaremos informações para saber que Estado é esse. Coisas desse tipo não podem realmente acontecer. Os trabalhos podem continuar, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento da Comissão Especial da Execução das Penas no Estado, apoiada pela totalidade dos Líderes com assento nesta Casa, solicitando a prorrogação do seu prazo de funcionamento por 30 dias. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Irani Barbosa - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 33 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Persistindo a falta de quórum para votação e esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.337/2009, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2010 e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 58, 67, 69, 92 e 105, apresentadas por parlamentares, com as Subemendas nºs 1 às Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210 e 211. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Irani Barbosa.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejam a importância de uma Lei de Diretrizes Orçamentárias: ela cria o balizamento para os gastos do governo, o que ele pode, o que ele deve gastar, formas de gastos. No vale do Jequitinhonha, a Secretária de Desenvolvimento Regional, por exemplo, pode nomear cabos eleitorais para, segundo ela, eleger seu marido. É uma Secretaria toda voltada para o desenvolvimento pessoal da sua família, da família da Deputada Elbe Brandão. Por exemplo, podem também dirigir recursos para a segurança do Estado para eleger Deputado Federal o Secretário Maurício Campos e, Deputado Estadual, o seu Chefe de Gabinete. O governo não tem dinheiro para construir penitenciárias, mas para fazer campanha tem. Pode direcionar mais recursos para a saúde para eleger Deputado Federal o Secretário Marcus Pestana. O seu apadrinhado, Antônio Jorge, dirige a fundação mais abastada de Minas Gerais, em Juiz de Fora, cujos recursos para a manutenção do consórcio de saúde - recursos de uma grandeza quase infame - servem somente para fazer políticas pessoais. É muito importante uma Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Isso me lembra uma outra coisa que um passarinho nos contou. Num Estado - não sei se Maranhão - do Norte ou Nordeste, terras sem lei onde as coisas acontecem, em todas as campanhas de um Governador os "shows" foram pagos por uma confederação, não sei se pela Confederação das Indústrias, dos bandidos ou do PCC, alguma coisa desse tipo. Eu me lembrei também que alguém deste Estado nomeou um Procurador para assentar-se em cima de um processo que colocaria o Líder de Governo desse Estado - não sei onde ainda, mas as informações vão chegar mais tarde... O Procurador foi nomeado para engavetar o processo, para a mulher do Procurador, que é Juíza Federal, sentar-se em cima desse processo.

Acho importante os recursos da saúde serem destinados para a fundação do meu amigo Deputado Ruy Muniz, grande colaborador da população deste Estado, principalmente no Norte e Nordeste. Nessa semana, o ônibus da Fundação Hilton Rocha esteve atendendo àquela população

humilde e carente, fazendo publicidade de campanha para um Deputado daquela cidade, fazendo exames de vista gratuitos com dinheiro público, com dinheiro doado pela Secretaria da Saúde do nosso Estado que, no ano passado, foram precisamente R\$600.000,00, mais R\$300.000,00 nesse ano. Não vi a LDO para saber quanto, mas o Dr. Marcus Pestana gentilmente o atenderá para fazer esse atendimento à população, principalmente à população carente, aquela que precisa votar em alguém como se tivesse recebendo um favor dos céus. E assim vão acontecendo algumas coisas interessantes.

Nesta semana, encaminho a esta Casa a solicitação de uma audiência pública com a Comissão de Direitos Humanos. Minha família tem sido vítima do Procurador-Geral deste Estado. Com o braço do Ministério Público, "Fabrício e Fabrício corrupção Ltda. Promotores e associados de Ribeirão das Neves", ele entrou num processo de aprovação de loteamento. Este tem licença, termo de ajustamento de conduta, ação transitada em julgado em nosso Estado e, curiosamente, foi parar nas mãos de uma Desembargadora Federal. Isso, depois que o Juiz Federal daqui negou a liminar dessa corja, perdão, desses dois Srs. Promotores "Fabrício e Fabrício corrupção Ltda.", com apoio total do Procurador Dr. Alceu. Os advogados estão em Brasília, e faremos as provas. Quero uma audiência pública com a Comissão de Direitos Humanos para ver se alguém pode ter sua família perseguida com tantas ações infundadas. Essas tentam paralisar os empreendimentos da minha família. Por quê? Para calar minha boca por que tenho muitas informações? Porque sei que o Clésio mandou comprar os votos que elegeram o Dr. Sebastião? Basta pegar a câmera e verão que pelo menos 14 Deputados fotografaram, e curiosamente são os que andaram nesta Casa de braços dados com o Weliton Prado, juntamente com o Chefe de Gabinete do Clésio Andrade. Alguns dizem até que a mulher dele foi para o Tribunal sob ameaça de denunciar algumas coisas existentes neste Estado.

Sr. Presidente, estamos diante de um momento grave, gravíssimo no Estado de Minas Gerais. Gravíssimo mesmo. Não precisaremos de muito tempo para discutir, pois acionaremos o Plenário de outra forma. Comunico aos nobres pares que o episódio do Procurador que foi nomeado para que a esposa dele, Juíza Federal, sentasse em cima do processo, infelizmente aconteceu em nosso Estado. No Estado de Minas Gerais, infelizmente, isso aconteceu. Estamos levando isso ao conhecimento do Conselho Nacional da Magistratura e a todos os organismos nacionais e internacionais, inclusive de direitos humanos. Basta, basta, basta com o que aconteceu nesta semana, nesta Casa. Minas Gerais não merece o que está acontecendo. Pessoas negam o que fazem. Não são homens para declarar o que fizeram, homens se vendem, homens comprometidos com empréstimos de laranjas de dentro desta Casa. Depois têm que vender o voto para poder quitar. Coincidentemente, os que fotografaram o voto aqui são os que aparecem na lista de empréstimo que apresentaremos, em poucos dias, aos senhores. É lamentável, é lamentável que esse seja o Estado de Minas Gerais hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, antes de entrar no conteúdo da LDO, informo que, uma vez que o Bloco PT-PCdoB não está em obstrução, declino da integralidade do tempo ofertado pelo Regimento, que é de 1 hora, caso haja quórum para a votação. Assim que houver quórum, abriremos mão do tempo restante para proceder a votação. A LDO está na pauta, e todos queremos o encerramento dessa votação, em razão de compromissos políticos com lideranças, Prefeitos, diretórios e Vereadores por toda Minas Gerais.

Sr. Presidente, a LDO é importante, pois estabelecerá as diretrizes para o Orçamento de 2010 e significará o último ano do atual governo, portanto, ano de conclusão, de encerramento de uma etapa com vários projetos em andamento. Neste ano, tivemos o cuidado de elaborar, a partir de sugestão popular, uma emenda popular que apresentamos na revisão do PPAG do ano passado, do primeiro monitoramento quadrimestral de políticas públicas executadas no Estado. O PPAG, em Minas, é referenciado no Plano Mineiro de Desenvolvimento, com 13 áreas de resultados, sendo 11 delas chamadas áreas finalísticas, como educação, saúde, defesa social, redução da pobreza, logística e outras, as grandes áreas temáticas. Essas áreas contêm 55 projetos estruturadores, prioritários, aprovados por esta Casa em 2007 quando analisamos o Plano de Metas 2008/2011. Cada um desses projetos estruturadores tem suas ações específicas em um total de 361 ações.

Como disse, neste ano realizamos uma análise com a participação popular junto à Comissão de Fiscalização Financeira. Dessas 361 ações, participaram 57 gerentes dos projetos estruturadores, 139 entidades da sociedade civil organizada e aproximadamente 450 pessoas. Ontem, tivemos a oportunidade de aprovar o balanço dessas audiências. Abro um parêntese para novamente destacar a qualidade do trabalho técnico realizado pelos servidores da Assembleia. Nesse balanço, há dados interessantes que, preliminarmente, orientaram nossa atuação na LDO.

O primeiro dado importante é que a execução orçamentária e de metas físicas deste ano, em que Minas Gerais foi muito afetada pela crise econômica, mostrou que não há homogeneidade na execução. Há diferenças de ritmos entre ações, projetos estruturadores e áreas de resultado. Em 51,6% das ações integrantes dos projetos considerados prioritários no Estado, houve 0% de execução. Isso mesmo, mais da metade das ações vinculadas aos projetos prioritários do Estado não saíram do papel até o mês de abril. Para se ter uma idéia, na área de resultado, de desenvolvimento do Norte, Jequitinhonha, Mucuri e do Rio Doce, 70% das ações não tiveram execução orçamentária. Isso ocorreu na região do semi-árido, em Municípios que precisam de projetos implementados. Esse monitoramento revela uma preocupação especial com os projetos e as ações vinculadas à área de resultado. A área de resultado Redução da Pobreza teve 65% de suas ações com execução zero. Chamo atenção dos Deputados, da sociedade civil, das entidades e dos gestores para que possamos mudar essa situação no segundo semestre.

Surge aí uma preocupação, Sr. Presidente. O Estado teve uma queda de arrecadação, em razão da crise, de aproximadamente R\$1.300.000.000,00. Se não houver uma recuperação da receita, algum contingenciamento será feito. E o critério técnico aqui exposto pela Spleg seria contingenciar as áreas com menor execução. Prevendo isso, apresentamos uma emenda acolhida pelo relator, Deputado Juarez Távora, a quem agradeço o acolhimento dessa importante emenda. Estamos colocando na LDO que, caso haja contingenciamento, a área da criança, a área da assistência social, as emendas populares e a segurança pública não sejam objeto de contingenciamento de recursos, uma vez que saúde e educação têm recursos vinculados por lei. Se garantimos saúde e educação é porque já há exigência constitucional. Na LDO, salvo assistência social, criança e adolescente, segurança pública e as emendas populares, já temos uma espécie de mecanismo de proteção orçamentária para a área social. Essa emenda, muito importante, deverá ser aprovada hoje.

O relator também acolheu uma emenda exigindo a disponibilização do chamado Orçamento Criança e Adolescente, metodologia nacional de acompanhamento da execução orçamentária de ações direta ou indiretamente relacionadas à área da criança e do adolescente. Apresentamos também emenda que adapta a Lei Orçamentária à Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho, que obriga que a oferta da merenda escolar nas escolas públicas adote no mínimo 30% de produtos regionais da agricultura familiar. De todo recurso gasto pelo Estado com alimentação escolar para o próximo ano, 30% serão dirigidos à aquisição de produtos da agricultura familiar. Com nossa emenda, essa lei federal será adaptada ao Orçamento do Estado. Estamos colocando a economia solidária como objeto de possibilidade de financiamento pelo BDMG.

O Poder Executivo tornará disponível, na internet, para o acesso de toda a sociedade, as informações sobre a LDO, orçamento anual, informações de programação e execução bimestral das metas físicas do PPAG, e execução orçamentária quadrimestral. Temos, portanto, um conjunto de emendas, inclusive emendas que estabelecem que, caso não se executem, os recursos do SUS, do SUAS e da Fapemig não podem ser transferidos para o Tesouro. Eles deverão ser alocados na área respectiva.

Apresentei emendas em sintonia com o Bloco PT-PCdoB, que também apresentou várias por meio do nosso Líder, Deputado Padre João, principalmente na área da transparência orçamentária. Tivemos a preocupação em retirar, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, um mecanismo de flagrante inconstitucionalidade, ilegalidade, que interferia na legislação eleitoral, dava uma espécie de cheque em branco para doações de qualquer natureza de bens no período eleitoral. Imagine só, Deputada Maria Tereza Lara, a cada dia a gente vê, aqui, um Deputado da base de governo, denunciar o uso da máquina por prováveis candidatos a esta Assembleia e à Câmara de Deputados, que estão no governo estadual. Acho que o Ministério Público deveria acompanhar essas denúncias. Não foram denúncias que partiram da Oposição, vieram da própria base de

governo. O Deputado Arlen Santiago denunciou o uso da máquina nas ações voltadas para o semiárido mineiro. Outros Deputados já fizeram a mesma indagação, a mesma denúncia. Isso é sério. Esta tribuna é séria. Quando uma pessoa faz uma denúncia, temos de apurar os fatos.

Na LDO, havia um dispositivo que criava uma situação de excepcionalidade no Estado de Minas Gerais. Em nosso Estado, não precisaria cumprir-se a legislação eleitoral. Felizmente, esse artigo foi ou será retirado, o que é muito importante para que haja transparência nas ações governamentais no ano das eleições. Não queremos o engessamento, mas também não podemos reforçar o uso da máquina indiscriminadamente. Foi, portanto, importante a retirada dessa emenda. É uma votação que pouca gente acompanha, valoriza, mas é uma espécie de espinha dorsal do que será o orçamento do ano que vem. Há várias outras ponderações, mas, antes, concedo aparte à nobre Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado André Quintão, cumprimento-o e parabeno-o pelo seu trabalho, sobretudo no acompanhamento do PPAG, por meio da Comissão de Participação Popular, e, agora, acompanhando todo o processo de discussão da LDO. É o controle social, a participação popular, que, de fato, tornar transparente não só a legislação como o seu cumprimento. Concorde com V. Exa., pois esse item da LDO oficializava uma situação a que somos contrários. Não podemos permitir que políticas públicas sejam usadas para direcionamento, para campanhas eleitorais, o que seria muitíssimo grave, podendo ser considerada a inconstitucionalidade da lei e desse projeto, caso persistisse esse item no projeto da LDO. V. Exa., sempre atento, e o nosso Bloco dão essa contribuição.

Também quero fazer referência ao Programa Economia Popular Solidária, que tem prioridade no nosso mandato. Queremos fazer um trabalho conjunto, porque esse Programa possibilita geração de renda, construção de cidadania, inclusão social. Esta tribuna é um espaço extremamente sério, é preciso muita prudência, porque tudo o que dizemos tem de ser comprovado. Aquilo que achamos que está contrário, temos de contradizer ou pedir a apuração, porque o parlamento brasileiro precisa ser fortalecido e, cada vez mais, valorizado. Agora, isso depende de cada um de nós e do uso desta tribuna para que sempre a verdade e a justiça prevaleçam. Mais uma vez, quero cumprimentar V. Exa. e dizer que pode contar conosco nesse processo de participação popular, avançando da democracia representativa - que tem de ser fortalecida - para a democracia direta e participativa. Nesse sentido, a Comissão de Participação Popular, cuja Presidência V. Exa. ocupa pela segunda ou terceira vez - também tivemos a oportunidade de presidi-la - tem papel extremamente importante nesta Casa, com esses objetivos.

O Deputado André Quintão* - Agradecemos à Deputada Maria Tereza Lara e destacamos que, no período em que ela foi a Presidente da Comissão de Participação Popular, houve vários avanços, aliás, por meio de emendas ao Orçamento. No período de 2003 a 2009, 548 emendas populares foram aprovadas no Orçamento e no Plano Plurianual de Ação Governamental. Hoje, muitas ações realizadas em Minas são resultado do trabalho da Assembleia. O início da escola em tempo integral e a oferta de alimentação escolar no ensino médio em Minas Gerais se devem à uma emenda popular ao PPAG. Minas foi o primeiro Estado a participar do financiamento da chamada Proteção Social Básica. Isso, Deputado Carlin Moura, é resultado de emenda popular apresentada na Comissão de Participação Popular. Hoje, é um projeto estruturador de R\$39.000.000,00, mostrando que a participação popular dá resultado.

Nessa Lei de Diretrizes Orçamentárias, queremos garantir 2010 com investimentos e com conclusão de projetos previstos no Plano Plurianual. Temos, por exemplo, o Processo, que merece o nosso elogio. Nunca vi tanto padrinho para esse programa. Nós, da Oposição, ajudamos a implantar o Processo, porque aprovamos aqui, nesta Casa, no primeiro Plano Plurianual, o seu projeto estruturador, diferentemente de Brasília. Em Brasília, é oposição com sangue na boca, o que podem fazer para prejudicar o Governo Lula, fazem. Aqui, não, quando o projeto é bom, o PT e o PCdoB ajudam. O Processo tem recurso da CID, que é imposto federal; do governo do Estado e de empréstimos. A Oposição aprova, aqui, na Assembleia, esses empréstimos. Aprovamos o Processo, porque queremos que ele seja concluído, para que nenhum Município fique sem ligação asfáltica. A LDO é importante para que programas como o Processo sejam concluídos. Não queremos que nenhum Município mineiro fique sem Centro de Referência da Assistência Social - Cras. Por isso, é que apresentamos essa emenda, para que não haja nenhum contingenciamento de recurso em 2010 na área da assistência social. E não haverá, porque esta Casa aprovará essa emenda aqui, hoje. Antes de concluir, concedo a palavra ao Deputado Doutor Viana e, logo depois, com o maior prazer, ao Deputado Célio Moreira.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Agradeço o aparte, nobre Deputado André Quintão. Ocupo este microfone para falar a Minas Gerais sobre o trabalho desenvolvido por V. Exa. nesta Casa, destacando o que realiza na Comissão de Participação Popular. Nessa Comissão, os anseios da sociedade são legitimamente cobrados e trazidos a esta Assembleia, numa demonstração extraordinária da relação que temos de ter com o povo. Parabeno-o pela sua atuação, que merece destaque e o reconhecimento de todos nós. Estamos em partidos diferentes, em situações partidárias diferentes, mas nada me impede de, conscientemente, dar este testemunho, reforçando o seu belo trabalho. De forma ampla e destacada, por meio da Comissão de Participação Popular, V. Exa. apresenta bons projetos, originados diretamente do povo. Faça-lhe esta homenagem, este reconhecimento pessoal à sua atuação. Temos avançado muito com a participação popular. Muitas coisas que pareciam despercebidas têm sido incluídas, graças à sua dedicação. Com muita paciência, habilidade, competência e com o conhecimento da área social, a que pertence, V. Exa. tem conseguido apresentar projetos que não temos como deixar de aprovar, pelo conteúdo e pela importância. Quando o projeto vai em direção ao povo, não pode haver oposição. Parabéns pelo seu trabalho. Hoje, no encerramento, se Deus quiser, dos nossos trabalhos deste primeiro semestre, apresento este testemunho da sua participação, do seu belo trabalho.

O Deputado André Quintão* - Agradeço ao Deputado Doutor Viana, Vice-Presidente desta Casa, retribuindo o apoio da Mesa da Assembleia e dos colegas desta Casa. As emendas populares são apresentadas pela sociedade, mas são votadas, nas comissões e no Plenário, pelos Deputados. Portanto, os Deputados e as Deputadas têm grande parcela de responsabilidade. Como disse o Deputado Irani Barbosa, muitas vezes resolvemos situações, votamos, e o pessoal na base, Secretários declarados candidatos, agem como se fosse a favor deles. A Assembleia trabalha noite e dia aprovando os projetos prioritários no Orçamento, autorizando empréstimos. Muitas vezes, os Deputados nem ficam sabendo de uma realização, de uma conquista, que é de todos. Mas o importante é que a obra, a política pública chegue ao cidadão. Por exemplo, a instalação de Centros de Referência de Assistência Social - Cras - nos Municípios mineiros deve-se emenda popular aprovada pela Assembleia. Uma parte é recurso que o Ministro Patrus, do Bolsa-Família, destina ao Estado. Patrus foi um dos nossos melhores Prefeitos, formando excelente time junto ao Célio de Castro e ao Pimentel. O Ministro vem desenvolvendo um trabalho excepcional. Os recursos do Ministério do Desenvolvimento Social mais os recursos aprovados nesta Casa, obviamente destinados pelo gestor estadual, a Sedes, permitem a implantação do Cras em quase 500 Municípios de Minas. Também a alimentação escolar do ensino médio noturno é uma conquista desta Assembleia, de todos nós.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Agradeço ao Deputado André Quintão. Também quero parabenizá-lo e testemunhar o seu trabalho à frente da Comissão de Participação Popular. Já falei várias vezes da sua seriedade, da sua competência, principalmente voltada à área social. Mais uma vez, parabeno-o pelo seu trabalho. Sei da sua índole, do seu compromisso com a questão social. Pedi aparte a V. Exa. para dar uma notícia. Infelizmente, perdemos uma pessoa muito querida na data de ontem, uma pessoa que fez muito nas Arquidioceses de Belo Horizonte e de Diamantina. Quero comunicar o falecimento de D. Paulo Lopes de Faria. Ele faleceu ontem e está sendo velado, hoje, no Bairro das Indústrias. Seu corpo será levado para Diamantina, onde será velado na Basílica do Sagrado Coração de Jesus. Amanhã, ele será sepultado na cripta da Catedral após a missa. Perdemos um homem que fez muito, não só anunciou a palavra de Deus, mas também muito trabalhou para o bem das pessoas. Ele ajudou muito o Vale do Jequitinhonha, a região central de Minas e Belo Horizonte. Lamento muito dar a notícia do falecimento do nosso querido D. Paulo Lopes de Faria. Quero anunciar, mais uma vez, que ele será velado na Basílica do Sagrado Coração de Jesus. No sábado, após a missa, o corpo será sepultado na cripta da Catedral. Lamento dar essa notícia, pois sei que vários parlamentares tiveram contato com D. Paulo. Muitos são seus amigos. Infelizmente, perdemos esse homem de Deus.

O Deputado André Quintão* - Agradeço as palavras do Deputado Célio Moreira e me associo as suas manifestações de pesar aos familiares e às Arquidioceses de Belo Horizonte e de Diamantina.

Concedo aparte ao Deputado Carlin Moura, não antes de cumprimentá-lo. Ele é um Deputado atuante na Comissão de Participação Popular, é um defensor das políticas públicas sociais, ajudou-nos na emenda que aprovaremos aqui hoje, para que, além do Orçamento Criança, o orçamento da área de segurança alimentar e nutricional seja também disponibilizado num quadro específico, conforme solicitação do Consea, tão bem presidido por D. Mauro Morelli. A política de segurança alimentar consagra um direito essencial, que é o direito à vida. Não há vida sem uma alimentação adequada. Por isso, é importante apoiar as comissões regionais de segurança alimentar. Que cada Município implante sua política local de segurança alimentar, que fortaleçamos a agricultura familiar! Repito, Deputado Carlin Moura, estamos prevendo, no Orçamento do ano que vem, que 30% de tudo que o Estado gasta com alimentação escolar sejam para adquirir produtos comercializados nas regiões, produtos da agricultura familiar. Estou me referindo a produtos que fomentam a agricultura familiar. Há uma lei federal que o Estado precisa cumprir. Para cumprir, tem de colocar isso no Orçamento. Estamos colocando isso na LDO e vamos fiscalizar. A alimentação adquirida da agricultura familiar é melhor para a saúde, melhor para o Orçamento, gera uma renda local que dinamiza a economia e gera emprego. O Presidente Lula, visionário que é, aprovou essa lei federal e agora vamos aplicá-la no Estado de Minas, a partir dessa emenda que vamos aprovar hoje.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Agradeço ao Deputado André Quintão suas palavras, mas também não posso deixar de registrar a importância que V. Exa. tem na condução da Comissão de Participação Popular, fazendo parcerias com os movimentos sociais organizados para intervir nas leis orçamentárias do Estado, o exemplo maior da importância de se traduzir para o povo como atuar nas leis orçamentárias. A Lei de Diretrizes Orçamentárias é exemplo vivo disso, quando determinamos essas diretrizes sempre com a participação popular. Quando V. Exa. muito bem menciona a segurança alimentar e o orçamento da criança e do adolescente, isso constitui diretrizes previstas no Orçamento que vão possibilitar a execução orçamentária à frente, na Lei Orçamentária propriamente dita. Infelizmente, ainda não conseguimos avançar em outros pontos. Poderíamos ter avançado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, na regulamentação da Emenda nº 29, da saúde. Se houvesse entendimento, a Lei Orçamentária poderia prever, por exemplo, que os 12% destinados à saúde deveriam ser direcionados exclusivamente ao SUS, e não fazer aquele desvio do investimento, como tem sido feito em Minas Gerais, colocando, por exemplo, esgoto da Copasa, saúde animal e aposentadoria como se saúde fossem.

Quando uma lei de diretrizes orçamentárias é bem elaborada, o resultado vem depois. Vamos tomar o exemplo da LDO federal. No ano passado, o governo federal deu muita atenção à habitação popular e fez a previsão, na LDO federal, do programa Minha Casa, Minha Vida. Graças a essa previsão orçamentária do governo federal, hoje o programa passa a ser uma realidade.

Aproveito a oportunidade para fazer um registro, Deputado André Quintão. A cidade de Contagem, tão bem administrada pela Prefeita Marília Campos, foi pioneira ontem. É a primeira cidade a fazer um empreendimento na área do Minha Casa, Minha Vida. Ontem a Prefeita Marília assinou a ordem de serviço e, a partir da semana que vem, começará a construção de 280 habitações populares no programa Minha Casa, Minha Vida, com um investimento inicial de R\$13.000.000,00. Tudo isso é previsão orçamentária do governo federal contida na LDO federal. Outro bom exemplo é que, na LDO a ser votada em Brasília, há uma grande preocupação em relação ao metrô de Belo Horizonte. Para o transporte coletivo público, a LDO federal prevê que a Capital precisa ter melhores investimentos no transporte coletivo e no metrô. Então, a LDO é um instrumento importante, e é fundamental traduzirmos isso para o povo.

Quero dizer ainda que, além de termos a previsão na LDO, é importante a população acompanhar a execução, o chamado monitoramento. Mais uma vez, a Comissão de Participação Popular, presidida por V. Exa., inova, ao acatar proposta popular de realizar o monitoramento através das entidades da sociedade. Ontem V. Exa. fez a leitura do relatório do monitoramento popular do PPAG e trouxe informações que nos fazem refletir e chamam a atenção da sociedade para a execução do Orçamento. No relatório, V. Exa. apontou que 52% das 361 ações previstas no PPAG para até o final de abril de 2009 tiveram execução zero. E são ações relacionadas justamente com a área de inclusão social e de combate à pobreza. O que mais preocupa é que quase 71% das ações destinadas ao desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Vale do Rio Doce até abril de 2009 também tiveram execução zero. Quer dizer, precisamos melhorar a qualidade da execução orçamentária de Minas no chamado orçamento social. O orçamento social, que é destinado ao povo, aos trabalhadores, aos excluídos, precisa ser mais bem executado. Não adianta nada o Estado avançar no tocante a infraestrutura, não adianta nada avançar relativamente ao Processo, se isso não vier acompanhado de investimentos públicos na área social.

Então, quando discutimos a LDO, temos o intuito de mostrar às pessoas que a participação popular e as diretrizes orçamentárias voltadas para a melhoria da qualidade de vida do povo são fundamentais. V. Exa. está de parabéns, ao realizar esse trabalho. Acho que esses instrumentos de acompanhamento e orçamentários são fundamentais para melhorar, sem dúvida nenhuma, o Estado de Minas Gerais. Agradeço o aparte e, profundamente, as palavras de V. Exa. sobre o nosso humilde trabalho à frente da Comissão de Participação Popular.

O Deputado André Quintão* - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura. Antes de passar a palavra ao Deputado Gustavo Valadares, lembro uma causa que temos em comum e também com outros Deputados: a questão da criança e do adolescente. Quem sabe essa emenda que impede contingenciamento, Deputado Carlin Moura, possa possibilitar um maior apoio aos Conselhos Tutelares de Minas Gerais? Ainda há no Estado Conselhos Tutelares sem veículo e, quando este existe, está aos cacarecos e fica mais na oficina, dando mais trabalho do que se estivesse rodando, o que seria bom. Não há computador. As emendas da Comissão de Participação Popular, sempre apresentadas, atingem um número limitado de Municípios, 30 ou 40 Municípios, e seria importante que o Estado tivesse um volume maior de recursos dirigidos para os Conselhos Tutelares, para que cada Conselho Tutelar tivesse o seu veículo zero-quilômetro, o seu computador adequado e um suporte técnico. O Conselho Tutelar é o guardião do direito da criança e do adolescente. Então, apresentamos emendas com essa finalidade na LDO, tenho a certeza de que elas serão aprovadas.

Mais uma vez, lembro ao Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, que estamos aqui com o espírito de contribuir para o encerramento dos trabalhos, assim que haja quórum. Estamos, aliás, com a disposição de abrir mão do restante do tempo, até porque, Deputado Gustavo Valadares, nesta semana, a nossa voz... Particpei de eventos importantes nesta semana, na Pampulha, o de ontem, aliás, estava com 55 mil pessoas, mas continuaremos a falar da LDO. Concedo aparte ao nobre Deputado Gustavo Valadares, membro da Comissão de Participação Popular na sua origem.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Muito bem, Deputado André Quintão. Hoje também tenho um pouco de dificuldade para me expressar, por conta desse mesmo evento da noite de ontem. Apesar de não ter estado lá fisicamente, participei dele aqui na Assembleia, em parte, e, depois, em casa, e a voz também está um pouco rouca por conta disso. O evento foi para 54 mil pessoas, e também o de quarta-feira fez com que extravasássemos um pouco a nossa alegria.

Mudando um pouco o assunto, V. Exa. hoje é doutor nesse PPAG, por conta do excepcional trabalho que desempenha à frente da Comissão de Participação Popular desde sua fundação. Lembro-me de que, na fundação dessa Comissão, nas primeiras viagens realizadas, Deputado Carlin Moura, ainda na legislatura passada, para discutirmos emendas para o PPAG, o Deputado André Quintão me levou com ele a Araçuaí e Virgem da Lapa. Estive em cidades que não conhecia anteriormente e fiquei sabendo das aflições do povo daquela região. Por conta do seu trabalho e empenho, muita coisa vem se desenvolvendo e acontecendo na região, em conjunto com o trabalho dos demais parlamentares que participam de forma ativa e direta para a construção de um PPAG e uma LDO que dite os rumos do Estado para os próximos anos.

Gostaria de abrir um parêntese no pronunciamento de V. Exa., pois, ao adentrar o Plenário, deparei-me com o jornal "O Tempo" de hoje, cujo editorial diz o seguinte: "Metrôs, estádios, empregos, hotéis, avenidas e devaneios". Este é o título do editorial do jornal "O Tempo" de hoje, que trata da Copa de 2014 e das promessas que estão sendo feitas. De forma muito interessante, o editorial diz que as propostas das cidades que serão sedes da Copa chegam a superar as obras de Paris, de Tóquio e de outras cidades do Primeiro Mundo. Realmente, todos sabemos que muitas obras não serão realizadas. No rol, o jornal inclui gestores públicos municipais e estaduais, Deputados, governo federal e todo o

mundo, como se estivéssemos vivendo em outro planeta, quando buscamos soluções para a Copa. Como tratamos de uma Lei de Diretrizes Orçamentárias e de situações que, para o bem ou para o mal, construirão a nossa cidade para receber a Copa de 2014, não poderei me furtar de registrar a minha preocupação com o metrô. O final do editorial de ontem do jornal "O Tempo" já tinha citado que o governo federal liberará este ano apenas R\$19.000.000,00 para o metrô de Belo Horizonte. Para o ano de 2010, não liberará nenhum tostão sequer. Belo Horizonte, com uma população aproximadamente de 2.400.000 habitantes, receberá muito menos do que outras cidades que têm um metrô menor e uma população infinitamente mais reduzida do que a nossa.

Deixando de lado alguns devaneios e utopias, essa é uma preocupação, pois, se desejamos receber, à altura, a Copa de 2014, ou, mais do que isso, se quisermos deixar às próximas gerações de belo-horizontinos um legado, como Barcelona deixou quando se preparou para as Olimpíadas de 1992, o metrô de Belo Horizonte precisa ser colocado em prática. Nesta última reunião do semestre, na Assembleia Legislativa, conclamo os parlamentares para que todos nós, independentemente de partido e ideologia, estejamos juntos em busca desses recursos necessários para fazer do metrô de Belo Horizonte o transporte público preferencial para a sua população, iniciando-se pela Copa de 2014. Precisamos de R\$4.000.000.000,00 para concluir a Linha 1, que já funciona do Eldorado até a Lagoinha; precisamos fazer a Linha 2, que vai do Calafate, que já possui uma estação da Linha 1, até o Barreiro; e precisamos da Linha 3, que liga a região da Savassi até a Lagoinha. Quem sabe possamos ligar também a Savassi à região hospitalar. Precisamos do apoio de todos os parlamentares e, como V. Exa. trata tão bem dessa questão orçamentária, conclamo todos os que têm parcerias e trabalham em conjunto com os Deputados Federais, para que façam um apelo, na tentativa de sensibilizar o governo federal sobre a importância da disponibilização de verba para o nosso metrô, por meio do famoso PAC da Mobilidade Urbana, que está sendo preparado para a Copa de 2014, ou que aceite a opção da Prefeitura de Belo Horizonte e do governo do Estado da parceria público-privada. O governo do Estado, a Prefeitura de Belo Horizonte e... Deputado Carlos Pimenta, ainda faltam 15 minutos, e o Deputado André Quintão ainda está na tribuna. Muito pouco acontecerá antes desses 15 minutos. Não precisam ficar aflitos. V. Exa., assim como eu, esteve aqui ontem à noite. Perdi uma festa, porque fiquei por conta deste Plenário. Então, 15 minutos a menos ou a mais não farão diferença. Esse assunto é muito importante. Pode ser que para V. Exa., que é de Montes Claros, isso pouco importa, mas para nós, que queremos fazer de Belo Horizonte uma Capital moderna, isso é importante.

Conclamo todos, para que, juntos, busquemos, no governo federal, recursos do PAC da Mobilidade Urbana, para que o metrô de Belo Horizonte saia do papel e se torne realidade. Muito obrigado.

O Deputado André Quintão* - Parabenizo o Deputado Gustavo Valadares, porque a Copa do Mundo pode ser uma oportunidade, mas temos de trabalhar com responsabilidade, planejamento e fiscalização. As obras e os investimentos oriundos dessa conquista nacional de trazer novamente a Copa para o País têm de ser realizados com muita responsabilidade, pois as obras não devem ter características de megalomania e não podem servir somente para esse momento esportivo. Precisamos pensar que a Copa de 2014 tem de deixar benefícios permanentes. Vejo oportunidades para Belo Horizonte. O metrô é uma novela, muitos políticos foram eleitos com esse metrô de Belo Horizonte. Já vi muitos políticos prometendo que levariam o metrô para não sei onde. Quando eu era Vereador na Capital, o pessoal já dizia isso. Parece que iriam colocar o metrô em uma caixa, entrar em um ônibus e levá-lo ao bairro. Diziam, por exemplo: "Vou levar o metrô até o Barreiro". É necessário que se invista no metrô, Belo Horizonte precisa do metrô. Quem sabe, a Codemig, empresa 100% pública, poderá fazer esses investimentos em parceria com o governo federal? Essa discussão é muito importante. Devemos ficar atentos a isso na LDO, no orçamento do Estado e, principalmente, no orçamento federal. Essa questão é suprapartidária. Também são importantes a duplicação das Avenidas Antônio Carlos e Pedro I, além da melhoria do acesso à Avenida Pedro II. Sr. Presidente, essa discussão tem o objetivo de aprovarmos a LDO com essas emendas e com os destaques que faremos.

Deputado Juarez Távora, quero cumprimentá-lo por sua sensibilidade em conversar com os Deputados. Haverá algumas polêmicas, mas na área social, V. Exa. garantiu as nossas emendas, evitou o contingenciamento na área social, no Orçamento Criança, na Economia Solidária, enfim, houve maior transparência. Encaminho pela aprovação. Espero, Deputado Gustavo Valadares, que hoje possamos votar a LDO. Cumprimento o Deputado Sebastião Helvécio, que sempre ajudou na Comissão de Participação Popular. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Vêm à Mesa requerimentos dos Deputados Padre João, solicitando a votação destacada das Emendas nºs 59, 88 e 213, dos §§ 1º e 2º do art. 19 e do art. 52, e Gilberto Abramo, solicitando a votação destacada das Emendas nºs 1 a 22. A Presidência defere os requerimentos de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno.

Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João, solicitando que as emendas e os dispositivos destacados sejam apreciados em duas votações, a saber: em último lugar, as Emendas nºs 59 e 88 e, em primeiro lugar, os §§ 1º e 2º do art. 19, o art. 52 e as Emendas nºs 1 a 22 e 213. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Irani Barbosa - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação do requerimento.

Questão de Ordem

O Deputado Irani Barbosa - Peço a V. Exa. para pedir a leitura do projeto em votação e das emendas.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que a publicação dispensa a leitura, pois foi publicado no diário oficial do dia 21 de maio do corrente ano.

Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaques. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Walter Tosta - Sr. Presidente, tentei em três painéis e não consegui. Quero que registre meu voto "sim".

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram "sim" 38 Deputados, que, somados a esta Presidência, perfazem o total de 39 parlamentares presentes. Está ratificada a aprovação do projeto, salvo emendas, subemendas e destaques. Em votação, os §§ 1º e 2º do art. 19, o art. 52 e as Emendas nºs 1 a 22 e 213. As Deputadas e os Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitados.

Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, corrijo meu voto. Meu voto é "não".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 3 Deputados. Votaram "não" 36 Deputados, perfazendo o total de 39 votos. Está ratificada a rejeição dos §§ 1º e 2º do art. 19, do art. 52 e das Emendas nºs 1 a 22 e 213. Em votação, as emendas e subemendas com parecer pela aprovação, salvo destaques. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 39 Deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação das emendas e das subemendas com parecer pela aprovação, salvo destaques. Com a aprovação das subemendas, ficam prejudicadas as Emendas nº 57, 60, 68, 70, 71, 72, 83, 86, 96, 97, 102 e 152. Com a aprovação da Emenda nº 69, fica prejudicada a Emenda nº 89. Em votação, as Emendas nºs 23 a 56, 61 a 66, 73 a 82, 84, 85, 87, 90, 91, 93 a 95, 98 a 101, 103, 104, 106 a 151 e 153 a 211. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votou "sim" 1 Deputado. Votaram "não" 39 Deputados. Está ratificada a rejeição das Emendas nºs 23 a 56, 61 a 66, 73 a 82, 84, 85, 87, 90, 91, 93 a 95, 98 a 101, 103, 104, 106 a 151 e 153 a 211. Em votação, as Emendas nºs 59 e 88. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 38 Deputados. Votou "não" 1 Deputado, perfazendo o total de 39 votos. Está ratificada a aprovação das Emendas nºs 59 e 88. Com a aprovação da Emenda nº 59, fica prejudicada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 59. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.337/2009, salvo os §§ 1º e 2º do art. 19 e o art. 52, com as Emendas nºs 58, 59, 67, 69, 88, 92, 105, 212 e 214 a 217 e com as Subemendas nº 1 às Emendas nºs 6, 57, 60, 68, 70, 71, 72 e 97. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, enquanto aguardamos a redação final, quero agradecer aos Deputados e Deputadas que aprovaram emendas importantes do Bloco PT-PCdoB. Como já disse, são emendas relacionadas ao apoio à agricultura familiar, adequando o Orçamento à lei federal, que exige a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Há emenda que obriga o Executivo a enviar quadro demonstrativo orçamentário específico da área da criança e do adolescente e também da área de segurança alimentar. Outra emenda que merece destaque é a que recomenda o não contingenciamento de recursos na área da assistência social, da criança e do adolescente, da segurança pública e também das emendas populares. Essa é uma forma de buscarmos a efetivação das emendas populares. Agradecemos, ainda, a aprovação de emenda que obriga o Executivo a conferir maior transparência na execução orçamentária, disponibilizando, na internet, toda a lei orçamentária, a LDO, informações de programação e execução bimestral das metas físicas do plano plurianual, bem como a execução orçamentária quadrimestral. Registro que aprovamos a supressão no texto da LDO de um artigo que flexibilizava, no período eleitoral, a doação de bens, de materiais, num flagrante desrespeito à própria legislação eleitoral em vigor. Foi importante. Entendemos que o orçamento de 2010 é relevante. É o último ano dos governos Aécio e Lula. Queremos a conclusão de programas importantes, entre eles o Processo, que trata do asfaltamento dos Municípios que ainda não têm asfalto na ligação rodoviária. Aachamos

fundamental a universalização dos centros de referência da assistência social, tendo pelo menos um em cada Município de Minas Gerais. Queremos a ampliação das ações voltadas para o desenvolvimento dos Vales Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce e Norte de Minas. O monitoramento popular deste primeiro quadrimestre mostra que 70% das ações dessa área de resultado não foram executadas, não saíram do papel até o mês de abril. Não precisamos esperar 2010. Desta tribuna, cobramos que essas ações sejam realizadas imediatamente para termos uma execução plena das 361 ações constantes dos projetos estruturadores. Aprovamos o reforço do Orçamento Criança, destinando recursos para a disponibilização de carros para os conselhos tutelares de Minas Gerais. Ressalto a importância de ações relacionadas à segurança alimentar e nutricional no Estado. Como disse, não só na área da alimentação escolar, mas também estimulando os Municípios a firmar parcerias com o governo federal na implantação de cozinhas comunitárias, banco de alimentos e de restaurantes populares, como Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social, ex-Prefeito de Belo Horizonte, vem fazendo no País, particularmente em Minas Gerais. Lembremo-nos do ex-Prefeito Célio de Castro. Haverá um tributo, uma celebração em homenagem ao ex-Prefeito, infelizmente não mais entre nós. No dia 20 de julho, completa um ano que ele faleceu. A família me pediu para convidá-los para essa celebração, essa lembrança, esse tributo ao grande homem Célio de Castro, que acontece no dia 20, nesta segunda-feira, às 19h30min, no Sindicato dos Jornalistas, em Belo Horizonte. A data de aniversário do Prefeito é 11 de julho, dia da inauguração do Restaurante Popular de Belo Horizonte. Infelizmente, ele não está mais entre nós, mas deixa sua lembrança, sua obra. Foi um gestor público que sempre destinou recursos para a área social. Agradeço a todas as Deputadas e Deputados que aprovaram as emendas apresentadas pelo Bloco PT-PCdoB e também ao nobre relator Juarez Távora. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, nossa declaração de voto é para parabenizar nosso Presidente pela condução política das últimas horas. A votação da LDO, neste momento, tirou-nos algumas dúvidas que não representaríamos problemas. O que nos deixou dúvida, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, foi o projeto da modificação da lei ambiental. Quem acompanhou o projeto, notou que foram levantadas várias dúvidas. A primeira era sobre a resolução da situação urbana, porque o Ministério Público, o IEF e a Polícia Ambiental agora têm também o poder de legislar. Fazem isso mais que o Poder Legislativo. Estão misturando lei ambiental e lei florestal com lei urbana, esquecendo-se de que, na maioria das cidades, existe plano diretor aprovado, existe uma situação consolidada. Mesmo assim, notificam e criam dificuldades, atrasando empreendimentos por causa de uma preservação ambiental que não existe, por se tratar de uma área consolidada. Sr. Presidente, a retirada desse projeto nos vai dar a oportunidade de, durante o mês de agosto, voltar a discuti-lo. Faço apelo aos Deputados que, nesses 15 dias de recesso, deem uma lida no Projeto de Lei nº 271, discutam-no em suas cidades, vejam o que está acontecendo nas Prefeituras, quais as dificuldades que a Polícia Ambiental está criando e o que o Ministério Público está exigindo acima da realidade. Infelizmente, agora, vários órgãos cismaram de inventar a roda. O Ministério Público está legislando, assim como a Polícia Ambiental. Também teremos de rever as atribuições do Corpo de Bombeiros. Agora, o Corpo de Bombeiros passou a exigir mais de construções, de festas, de qualquer evento que possa aglomerar pessoas. O Corpo de Bombeiros está legislando e determinando regras, com as quais convivemos há mais de 500 anos e nunca tivemos problemas. Mas agora, estão inventando regras, até por falha da nossa legislação, por falha da redação que costumamos dar às leis, propiciando margem à interpretação, permitindo que eles legislem e interpretem a lei da forma que quiserem.

O Deputado Sargento Rodrigues - Cumprimento V. Exa. que, como sempre, com muita lucidez, traz assuntos de grande relevância para esta Casa. É uma pena, Deputado Antônio Júlio, que, às vezes, os Deputados se dispersem na fiscalização e no acompanhamento de políticas públicas. Deputado Antônio Júlio, os Deputados desta Casa precisam, de uma vez por todas, entender que é importante acompanhar os desdobramentos da regulamentação de uma lei. V. Exa. disse que alguns órgãos do Poder Executivo estão legislando, e isso é verdade. V. Exa. tem razão: estão usurpando a função que não é deles, mas genuína deste Parlamento. Este Parlamento é que deve legislar. Na Polícia Militar, ocorre de o cidadão legislar por memorando, portaria e nota de instrução. Aprovei um requerimento na Comissão de Constituição e Justiça, semana passada, solicitando ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente da Comissão, que marcasse audiência pública para trazeremos aqui exemplos dessa usurpação de poder. Deputado Antônio Júlio, faço questão de, na véspera da audiência, avisar V. Exa. para mostrar-lhe a aberração que o Corregedor, Cel. César Romero, está cometendo no âmbito da Polícia Militar. Ele está legislando por meio de nota de instrução. Através da nota de instrução, ele alterou o Código de Ética e Disciplina dos Militares, que é a Lei nº 14.310, votada por V. Exa. nesta Casa em 2002. Agora, a Nota de Instrução nº 2, da Corregedoria, viola o devido processo legal garantido pela Constituição da República e ainda acaba com o amplo direito de defesa do contraditório porque, de acordo com o chamado Relatório de Informação Preliminar - RIP -, o policial não pode ser ouvido, assistido por advogado. V. Exa., bacharel em direito, sabe o que isso representa para o devido processo legal: violar o amplo direito de defesa do contraditório, a participação do advogado, quando a pessoa é acusada dentro de um processo legal. Ele criou a figura do chamado RIP. Comungo com V. Exa. da ideia de que não podemos permitir que pessoas do Executivo - da Polícia Militar, dos Bombeiros, da Secretaria de Meio Ambiente ou de qualquer outro órgão - venha a legislar. É preciso tomar cuidado porque muitas vezes estamos aprovando leis que remetem a regulamentação para o Executivo, de forma mais ampla, conforme V. Exa. abordou no final de sua fala. Nessa regulamentação, aproveitam e criam tipos administrativos que não existem, criam sanções sem a devida previsão legal, conforme prescreve o direito administrativo, o que acaba por ferir frontalmente a Constituição da República. Estamos atentos e comungamos com o pensamento de V. Exa. Não podemos permitir que os gestores públicos, especialmente do Poder Executivo, venham usurpar a função genuína do legislador, que é do Deputado nesta Casa. Parabéns V. Exa., que tem nosso apoio incondicional para a correção dessa matéria. Cabe a nós fiscalizar e apresentar projeto de resolução sustando os efeitos desse tipo de ato normativo, que vai de encontro aos princípios constitucionais.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Obrigado. Só para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Deputado Juarez Távora, Deputado de primeiro mandato, que mostrou muita competência, responsabilidade e dedicação na elaboração do parecer da LDO. Sabemos o quanto é difícil, quais os interesses em torno da LDO, tanto que são mais de 200 emendas. O Deputado, com muita competência junto a sua assessoria, elaborou um bom parecer, um bom relatório. Portanto, Deputado Juarez, parabéns. Quando o Deputado quer-se dedicar, sabe fazer as coisas, apesar de não ser fácil. Durante 20 dias, V. Exa. dedicou praticamente todo o seu tempo à LDO, o que demonstra sua responsabilidade e competência. Fica aqui o nosso abraço e os nossos parabéns pela elaboração do parecer da LDO.

Declarações de Voto

O Deputado João Leite - Obrigado, Sr. Presidente. Antes de declarar meu voto, gostaria de saudar o Dr. Vicente de Paula, Presidente da Associação de Garantias do Atleta Profissional - Agap -, que está na entrada do nosso Plenário. Defensor Público de carreira no Estado de Minas Gerais, é autor de vários artigos que tratam da lei do atleta profissional. Juntamente com Piazza e outros ex-atletas, foram os grandes lutadores pelo reconhecimento da profissão do atleta profissional. A legislação, que reconheceu nossa atividade em abril de 1976, tem o esforço e a inteligência do Dr. Vicente de Paula, ex-atleta profissional do Clube Atlético Mineiro e do Renascença. Gostaria de fazer uma saudação a esse grande advogado, a essa bandeira do futebol brasileiro, tão importante para a história do atleta profissional no Brasil. Sempre gostamos de dizer que o Brasil é o País do futebol, mas a legislação que reconheceu o atleta profissional só foi criada em 1976, com a inteligência desse homem que acompanha o Plenário da Assembleia Legislativa nesta manhã. Queria, ao declarar meu voto, saudar o Deputado Juarez Távora pela competência na elaboração dessa legislação tão importante. E a legislação, Deputado Domingos Sávio, demonstra que o nosso é um Estado de resultados, um Estado que, com o Governador Aécio Neves juntamente com o Prof. Anastasia, fez um planejamento. Nós, a partir da Assembleia Legislativa, com o governo organizado, pudemos colher isso. A Assembleia pode trabalhar conhecendo os 57 projetos estruturadores, projetos que têm recursos, cuja execução orçamentária podemos acompanhar. O governo estadual, desde a primeira hora, assumiu, com o governo federal, o apoio ao Sistema Único da Assistência Social - Suas. O governo de Minas Gerais foi o primeiro, entre os Estados brasileiros, a assumir, com o governo federal, a implantação do Suas. Deputado Domingos Sávio, dê uma olhada - e V. Exa. tem sempre esse cuidado - na execução do Suas em Minas Gerais. A execução é altíssima. O governo leva a sério essas questões. O Sistema é estruturador no Estado, e podemos colher toda essa organização, esse planejamento. Recentemente, aqui, neste Plenário, fiquei muito incomodado. O Deputado Weliton Prado fez uma crítica à Secretaria de Educação dizendo que nossas escolas não teriam talheres, pratos, copos para as crianças. Isso me incomodou especialmente porque, junto com a Deputada Gláucia Brandão, aqui presente, representamos a Assembleia Legislativa no Conselho Estadual da Alimentação Escolar. É minha obrigação. É obrigação da Deputada Gláucia Brandão que isso não aconteça. Fazemos fiscalização nas escolas. Eu tive oportunidade de fazer refeição nas escolas de Minas Gerais. Não falta nada, Deputado Domingos Sávio. É uma irresponsabilidade dizer uma coisa dessas no Plenário. Tive o cuidado de enviar as notas taquigráficas para o Conselho

Estadual da Alimentação Escolar, que responderá oficialmente ao Deputado Weliton Prado, mostrando-lhe o que o Estado de Minas Gerais tem feito. Este é um Estado sério. Vemos na lei a previsão para o término de todas as obras do Processo, desses projetos importantes. Alegro-me especialmente com um deles, que, como Secretário de Estado, iniciei. Um projeto simples de iluminação de campos, em que o governo entrou com tudo. São mais de 600 campos de futebol, que é o lazer da população mais carente do nosso Estado, iluminados. Junto com meu querido amigo Deputado Dinis Pinheiro, inauguramos a iluminação em Ibituripe, onde o irmão do Deputado Dinis Pinheiro fez com que a iluminação dos campos se tornasse iluminação pública, não sendo paga pela sua utilização. Portanto, temos, na parte da noite, o lazer para os trabalhadores, para os jovens e para as crianças. Parabéns à Assembleia Legislativa, que tem facilitado a revisão do PPAG e visto, no monitoramento da execução do orçamento do referido plano, a presença da sociedade dando a sua contribuição.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, nessa mesma linha, quero manifestar nosso voto favorável à LDO, que acabamos de votar. Cumprimento ao Deputado Juarez Távora, que foi extremamente zeloso, atencioso, tanto com a base do governo quanto com a Minoria, fazendo com que produzíssemos um documento democrático, avançado e, acima de tudo, que assegura ao Estado as premissas para elaborarmos um Orçamento, no segundo semestre, que vá ao encontro dos interesses do povo mineiro. Nessa linha, dou sequência à reflexão feita pelo Deputado João Leite. Esta é uma nova era, um novo momento na história de Minas Gerais. Não é por acaso que, hoje, o Governador Aécio Neves é considerado - e não só por nós, mineiros, mas por todo o Brasil - o Governador com o melhor desempenho entre todos os Governadores do País. Isso não é por acaso. Não é um mero gesto publicitário ou uma articulação político-partidária, mas um sentimento do povo. Por que a população responde de forma positiva quando avalia o governo Aécio Neves? Porque ele fez um trabalho com planejamento e teve coragem e austeridade para fazer mudanças num primeiro momento. Isso é fundamental na administração do dinheiro público. Não se pode fazer uso do dinheiro público sem a devida responsabilidade. Precisamos ter esse cuidado. O dinheiro do povo tem de voltar para o povo. Para isso, é preciso austeridade e responsabilidade, e não gastos abusivos, e é preciso planejamento, que é fundamental. Até recentemente, leis como o Plano Plurianual de Ação Governamental, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o próprio Orçamento eram votadas quase por obrigação, por uma rotina constitucional. Eram um pouco peça de ficção. Mas, com o governo Aécio Neves, passaram a ser documentos sérios, de política pública bem-definida, para não termos surpresas desagradáveis, como anunciar uma obra, e depois não executá-la. Esse não é o estilo do Governador Aécio Neves. Ele só anuncia aquilo que, efetivamente, fará. Mas, para isso, tem de haver planejamento. Vejam o Processo: ele anunciou que levaria asfalto a todas as cidades mineiras, agora, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, já estamos garantindo que, no ano que vem, o Governador cumprirá integralmente essa meta. Na área da saúde, por meio do programa de integração dos Municípios e o transporte de saúde, acabamos de entregar no Centro-Oeste mineiro vários ônibus para atender a Bom Despacho, Moema, Luz, Dolores do Indaiá, Estrela do Indaiá. E agora, também vamos entregar em Divinópolis, para atender a toda aquela macrorregião, como está ocorrendo em outras regiões do Estado. Isso está acontecendo, porque foi planejado e está sendo executado com seriedade e responsabilidade. Concluo, sem usar todo o nosso tempo, dizendo que a Assembleia desempenha papel importante nesse processo, votando uma Lei de Diretrizes Orçamentárias moderna, oferecendo condições ao Governador para que dê sequência a esse governo eficiente, sério, reconhecido hoje nacionalmente. Mas termino externando a nossa preocupação. Até devido ao ambiente democrático dos debates, não foi possível votar alguns projetos antes da votação da LDO. Obviamente, preocupa-nos a possibilidade de não votarmos, ainda hoje, o projeto que trata da legislação ambiental, o Código Florestal Mineiro, o projeto que assegura financiamento para o governo superar as dificuldades com quedas de arrecadação, o projeto, de minha autoria, que regulamenta a relação das associadas da Uemg. Mas não tenho dúvida de que a Assembleia irá aprofundar o debate sobre isso e aproveitar esta oportunidade para amadurecer e superar algumas dúvidas. Mas não poderemos, de maneira alguma, deixar de enfrentar esses problemas logo nos primeiros dias após o recesso. Agradeço ao Presidente. Esperamos não só concluir as votações agora, mas nos preparar para dar ao povo de Minas a resposta sobre essas outras matérias igualmente importantes. Muito obrigado.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 3 minutos para aguardar que se ultime o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.337/2009. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Pareceres

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.856/2007, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 6.817, de 5/7/76, a transferi-lo a sua incorporadora. A Presidência vai renovar a votação do parecer. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.337/2009, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2010 e dá outras providências. Em discussão, o parecer.

Questão de Ordem

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. fazer na íntegra a leitura da redação final. A assessoria de V. Exa. disse que não há redação final. Se não há, o que está sendo lido não existe. Em, meu entendimento, a Comissão de Redação Final teria de redigir todo o projeto novamente, dar ciência da redação final, das correções devidas. A assessoria me informou que isso não foi feito, que foi feito apenas o parecer. Estamos diante de uma fraude processual na Assembleia, em que não foi feita a redação final. Está ocorrendo como em Brasília: o processo é encaminhado ao Prodasen, e os Deputados mudam as emendas da forma que querem, por meio da diretoria do Prodasen. Quer dizer que será votado aqui um processo que ainda será publicado e poderá ser mudado da forma que bem entender a assessoria desta Casa. Não quero acreditar que isso esteja acontecendo, Sr. Presidente. Gostaria que fosse feita a leitura do parecer de redação final do projeto na íntegra, para saber se alguma coisa que votamos neste Plenário não foi mudada. V. Exa. não irá me convencer, mesmo atropelando este Deputado, de que uma redação final vai ser feita depois de votarmos. Isso é inconstitucional, é um absurdo, Sr. Presidente. A assessoria não pode induzir o Presidente desta Casa a um erro gigantesco dessa natureza. Uma redação final que não foi redigida é o fim do mundo. Isso é o fim do mundo.

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece ao Deputado que a LDO foi publicada na íntegra. Não houve emenda de redação. Portanto, não há alteração.

O Deputado Irani Barbosa - Então, ela não foi redigida. O projeto não foi redigido, então.

O Sr. Presidente - Não há alteração. O projeto foi redigido, publicado. Não há emenda de redação, portanto, não há alteração.

O Deputado Irani Barbosa - Ele vai ser redigido posteriormente então?

O Sr. Presidente - Com base no art. 268, § 2º, do Regimento Interno, apresentado o parecer de redação final, ele será discutido e votado.

O Deputado Irani Barbosa - Então, esta Casa vai votá-lo primeiro para ele ser redigido depois?

O Sr. Presidente - A Presidência está no processo de discussão. Já houve o esclarecimento ao Deputado em relação à questão levantada. Portanto, é improcedente.

O Deputado Irani Barbosa - Então, vamos votar um parecer sem o parecer?

O Sr. Presidente - Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer.

O Deputado Irani Barbosa - Não vai colocar o parecer, mas vai colocar, em votação, a redação que vai ser feita depois.

O Sr. Presidente - A Presidência coloca à disposição do Deputado toda a redação com o parecer final da comissão.

O Deputado Irani Barbosa - Mas ele não foi redigido, Sr. Presidente. Não haveria tempo para redigi-lo. Tivemos somente 5 minutos depois da votação final. Como isso foi redigido? Como ele foi todo processado, redigido e corrigido?

O Sr. Presidente - A Presidência está encaminhando o parecer que está redigido.

O Deputado Irani Barbosa - Parecer não é a redação. Acho que um de nós dois não está entendendo o português. Redação é quando se redige o parecer do início ao fim.

O Sr. Presidente - É o parecer com a redação que está em mãos do Deputado.

O Deputado Irani Barbosa - É isto aqui? Desse tamanho? Comeram o resto com angu? Meu Deus, quanta mutreta vai aparecer nisso depois, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente - A Presidência pede a compreensão do Deputado e entende que está exaurida a questão levantada.

O Deputado Irani Barbosa - O Deputado compreende V. Exa., mas não compreende como vamos votar uma redação sem haver a redação.

O Sr. Presidente - Vamos dar início ao processo de votação.

O Deputado Irani Barbosa - Meu Papai do céu.

O Sr. Presidente - As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Irani Barbosa - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário, e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 41 Deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.337/2009. À sanção.

Declaração de Voto

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, hoje não apareceu nem o Zezé Perrela nem seu pianista.

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.186/2009, do Governador do Estado, que cria a agência reguladora de águas e saneamento do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.384/2009, do Governador do Estado, que concede isenção tributária vinculada à realização da Copa das Confederações da Fifa de 2013 e da Copa do Mundo da Fifa de 2014. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Irani Barbosa - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência informa ainda que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário, e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 41 Deputados. Não houve voto contrário. Está ratificada a aprovação do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.384/2009. À sanção.

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.690 e 2.858/2008, 2.985 e 3.248/2009 (À sanção.).

Declarações de Voto

O Deputado Getúlio Neiva - Sr. Presidente, ao encerrar este semestre, cumpre-me ressaltar o trabalho desenvolvido por V. Exa. neste Plenário e também agradecer a V. Exa. ter diligenciado junto às Lideranças dos vários partidos a postergação da discussão final, em 2º turno, e da votação do projeto de lei de reforma do código florestal. Além disso, Sr. Presidente, gostaria de destacar ao Plenário desta Casa e a Minas Gerais, por meio da TV Assembleia, que todos os problemas existentes nessa reta final foram administrados por V. Exa. com maestria. Portanto, esta minha fala final do semestre é para agradecer a V. Exa. a cortesia, a gentileza e o entendimento de que cada Deputado e cada partido têm o seu valor nesta Casa e que esta Assembleia não existe se for particularizada a favor dos interesses da Maioria ou da Minoria. Quero dizer ao povo de Minas que o Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho soube entender não só as particularidades partidárias, mas também as de cada parlamentar isoladamente, por isso, Sr. Presidente, é que lhe presto neste momento a minha mais profunda homenagem, dando-lhe um abraço de despedida. Até agosto, se Deus quiser!

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, gostaria de cumprimentar V. Exa. e os demais colegas Deputados e Deputadas pela votação da LDO. Dando continuação a minha fala, no aparte que fiz ao Deputado Antônio Júlio, quero frisar a necessidade de esta Casa estar mais atenta quanto aos atos do Poder Executivo que exorbitem a competência para regulamentar as leis votadas por este Parlamento. Dizia, Sr. Presidente, que hoje o Cel. César Romero, Corregedor da Polícia Militar, pela segunda vez vem legislando e fazendo aquilo que é competência desta Casa. Na primeira nota de instrução baixada pelo Cel. César Romero, ele tipificou conduta administrativa que não está prevista no Código de Ética e Disciplina dos Militares, a Lei nº 14.310. Essa preocupação foi levada ao Comandante-Geral da Polícia Militar, e, posteriormente, aprovamos aqui um requerimento, na Comissão de Justiça, para a realização de uma audiência pública que está prevista para o mês de agosto. Da mesma forma, em uma segunda nota de instrução - também uma nota de instrução, e agora isso virou moda, pois o Coronel Corregedor colocou na cabeça que virou legislador, foi votado nas urnas e que pode legislar, Deputado Célio Moreira -, o Coronel viola o devido processo legal e o amplo direito de defesa do contraditório. O que diz a legislação, Deputado Célio Moreira, quanto a competência do poder regulamentador das leis que aprovamos no Parlamento? O art. 84 da Constituição da República diz o seguinte: "Compete privativamente ao Presidente da República: IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução". Por simetria, a Constituição do Estado de Minas Gerais define também, da mesma forma, a competência do Governador e também dos Prefeitos. Mais adiante, Deputado Célio Moreira, o art. 62 da Constituição do Estado diz o seguinte: "Compete privativamente à Assembleia Legislativa: XXX - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa". Portanto, Sr. Presidente, convidamos o Coronel Corregedor, para vir, no mês de agosto, explicar por que cismou de legislar. Não abriremos mão disso, pois, se deseja legislar, deve submeter-se aos votos, às urnas, ao crivo popular, e não ao curso público, como fez para ser oficial da Polícia Militar. Nós, do Parlamento, fomos submetidos às urnas, que nos deram condições de ser legisladores. A Comissão de Constituição e Justiça analisará as notas de instrução para certificar que essa autoridade exorbitou do seu poder regulamentador. Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, declaro o meu voto que é para que o Parlamento esteja cada vez mais atento, ao encerrar este semestre, pois não podemos permitir que Diretores, Secretários de Estado e o próprio Governador venha exorbitar do seu poder regulamentador, já que, uma vez que, se o Parlamento abrir mão dessa competência, estará deixando de exercer o chamado freio e contrapeso que assegura a tripartição dos Poderes. Deixamos aqui esse desabafo e aguardamos a audiência pública a ser realizada em agosto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado - Saúdo todos e todas. Tive a grata satisfação de estar presente ontem, na abertura do 51º Congresso da União Nacional dos Estudantes do Brasil - UNE -, a que compareceram vários Ministros e o Presidente Lula, que abriu o evento com um discurso, mas foi interrompido quando, em prantos, mais de 10 mil pessoas gritaram: "Lula guerreiro do povo brasileiro". Essa frase reflete muito bem o carinho que os estudantes, as pessoas mais idosas e a população brasileira têm com o Presidente Lula, que, sem dúvida nenhuma, já é reconhecido como o melhor Presidente de toda a história do nosso país. O Governador Aécio Neves tem de ser muito grato mesmo ao Presidente Lula, pois, grande parte dos recursos para as grandes obras e investimentos no Estado vieram do governo federal, do PAC. Somente no Triângulo, mais de R\$1.000.000.000,00 foi investido em programas sociais, como o Bolsa-Família, o ProUni e outros. O Presidente Lula demonstra um enorme carinho com o Estado de Minas Gerais. Gostaria de fazer esse registro e de dizer também a todos os Deputados desta Casa e ao nosso Presidente que tive a oportunidade de cobrar da Ministra Dilma um posicionamento da Casa Civil em relação ao processo da TV Assembleia, para passar a ser canal aberto. Isso está parado lá e tem de ir ao Congresso. Há 15 dias, estive com o Vice-Presidente José Alencar, que estava na Presidência, e fiz essa cobrança. Ele assumiu fazer todo o encaminhamento, para que a TV Assembleia tenha canal aberto para todas as regiões do Estado. Ontem tive a oportunidade de cobrar isso da Ministra Dilma. Agradeço e fico muito feliz com a recepção da Ministra Dilma, que, com muito carinho, assumiu o compromisso de olhar a questão da TV Assembleia. Gostaria que ficasse registrado em ata o meu voto contrário em relação ao parecer de redação final do projeto que cria a agência reguladora no Estado de Minas Gerais, que é tarifária e aumentará muito mais o valor da conta de água em nosso Estado, que já é muito elevada. O projeto foi aprovado, mas temos de fazer todo o encaminhamento e fiscalização. Nesse primeiro semestre, temos muito a comemorar, pois, em janeiro, conseguimos uma liminar proibindo o aumento da tarifa de água da Copasa, que seria em torno de 9%. Demos entrada a dezenas e dezenas de representações no Ministério Público. O Ministério Público de Montes Claros deu entrada também a uma representação. Ganhamos em 1ª instância. A Copasa foi condenada a devolver, retroativamente, todos os valores indevidos que foram pagos pelos consumidores de Montes Claros, além de reduzir 1/3 da conta de água. Essa foi uma grande vitória. Conseguimos outras vitórias na Justiça, no interior de Minas. A Copasa cobra pelo tratamento do esgoto, mas o joga nos rios e nos lagos, poluindo o meio ambiente. Bateremos muito firme nesse ponto. Conseguimos impedir, pela terceira vez, a licitação dos veículos da Cemig, conforme decisão do Tribunal de Contas. Questionamos e conseguimos suspender essa licitação, que era de R\$147.000.000,00. A Cemig queria um aumento de 32% na conta de energia elétrica. Batemos o pé, pressionamos, mostramos documentos, estudos técnicos. O aumento ficou abaixo da inflação, mas mesmo assim a tarifa de energia continua muito cara. Foram aprovados vários projetos nossos, como um muito importante na área da cultura, que irá debater, discutir o Plano Plurianual. Conhecemos a diversidade cultural de nosso Estado. É um projeto que incentiva a leitura, a criação de bibliotecas no interior do Estado de Minas Gerais. Estamos fechando o ano com o pé direito. Continuaremos, com certeza, no segundo semestre, com muita força. Não iremos parar no recesso parlamentar. Sabemos que todos os Deputados trabalham muito nesse período, porque é o momento que temos para visitar as nossas bases. Vamos continuar muito firmes, no recesso parlamentar e no segundo semestre, com a caravana relativa à tarifa de água da Copasa, em todas as regiões de Minas. Percorreremos várias cidades. Finalizando, registro o meu voto contrário. Se incomodamos alguém, continuaremos incomodando muito, mesmo não estando nesta tribuna, porque estaremos nas ruas, com o povo, defendendo aqueles que sempre acreditaram em nosso trabalho.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, votei favoravelmente. Peço que o meu voto fique registrado. O nosso Governador Aécio Neves está colocando em ordem essa agência reguladora, que, com toda a certeza, não causará nenhum prejuízo aos cidadãos. Fico pensando: se acabassem a Copasa e a Cemig, o que seria do Deputado que me antecedeu na tribuna? Sr. Presidente, neste momento, gostaria de parabenizar os municípios de Corinto, que completa 98 anos de emancipação. Corinto, centro geográfico de Minas Gerais, tem à frente um excelente administrador. Parabenizo o Prefeito Niltinho Ferreira, o nosso Niltinho, porque, apesar das dificuldades financeiras que vem enfrentando, tem administrado com muita competência, lealdade e transparência o Município de Corinto. Portanto, no dia 20 de julho, Corinto, centro geográfico de Minas, completa 98 anos de emancipação. Cumprimento também todos os municípios da nossa querida Sabará, que leva os nomes de Minas e do Brasil mundo afora, que tanta riqueza gerou e gera, além de trazer muito turismo à região. São 298 anos de emancipação da nossa querida Sabará. Deixo aqui o meu abraço. Tenho a expectativa muito grande de que Sabará volte a ser aquela referência do turismo para Minas Gerais. Mais uma vez, lamento a morte de D. Paulo Lopes, ex-Arcebispo de Diamantina e do clero de Belo Horizonte, que faleceu ontem. Será velado na Catedral de Diamantina e sepultado, amanhã, após a missa, na cripta. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, reitero o voto favorável que demos não só à aprovação da LDO, mas também aos diversos projetos que tiveram apreciação de redação final. Farei um destaque apenas para prestar um esclarecimento ao cidadão que nos acompanha. A transparência, a clareza e a verdade são fundamentais na vida democrática. Já disse aqui e voltarei a repetir que, para mim, as atitudes revestidas de populismo e enganação são tão repugnantes quanto a corrupção. Precisamos construir uma sociedade democrática em

que tenhamos firmeza para combater a corrupção e qualquer atitude populista que engana e ilude o cidadão. Tenho posições muito claras sobre os meus votos nesta Casa. Esse é o dever de todos nós. Acho muito perigoso quando corremos o risco de o cidadão não entender como foi a votação. Então, além de cada um de nós votarmos com a nossa consciência, sinto que temos o dever de informar com clareza para o cidadão porque votamos dessa ou daquela maneira. Respeito o voto de cada um e não tenho o direito de fazer qualquer julgamento sobre o fato de esse ou de aquele ter votado de determinada maneira. Mas, quanto à votação do parecer sobre a Agência Reguladora de Águas e Saneamento, quero esclarecer por que votei favoravelmente - e a grande maioria desta Casa também o fez. Alguns dizem que a Agência servirá para aumentar o preço da tarifa de água. Aí começa algo que considero extremamente desleal e que não corresponde à verdade. Para o cidadão que tem o serviço de água em sua casa fornecido pela Copasa ou por uma empresa municipal - nos Municípios em que não trabalha a Copasa -, todo ano, ao longo de muito e muito tempo, o aumento da conta de água acontece sem aviso, aumenta-se de um mês para o outro. Num período como agora, em que a inflação está menor, aumenta-se, no mínimo, uma vez por ano - e isso não depende de lei autorizativa da Assembleia. No caso dos Municípios, isso não depende de lei autorizativa municipal, não depende de absolutamente nada. Uma empresa concessionária, como a Copasa, por exemplo, quando quer aumento, não precisa nem de um decreto do Governador, basta uma portaria assinada pelo Secretário de Estado ao qual a Copasa está vinculada. Então, é uma decisão automática. Ou seja, quem fornece o serviço é que decide o preço que cobrará, e acabou. Quando a Assembleia vota uma agência reguladora, o faz para que o cidadão seja respeitado a partir de agora. A Copasa não poderá, nunca mais, pedir ao Secretário ou ao Governador para aumentar o preço da água. Terá que pedir a essa Agência, que tem independência. Os seus dirigentes não podem ser exonerados pelo Governador se ele negar o aumento. Ela pode tomar a decisão de mandar baixar o preço da água, se o cidadão for lá e mostrar que a conta está alta demais. O exemplo que dei recentemente foi a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel -, que atualmente cumpre esse papel na conta de energia elétrica. Recentemente, a Aneel determinou que a Cemig baixasse a tarifa de energia elétrica em 16%, o que teve que obedecer. Antes de existir a Aneel, a Cemig também decidia o aumento apenas pela vontade dos governantes naquele momento. Essa informação é importante para o cidadão que está nos acompanhando. Caso contrário, passa a idéia de que a Assembleia criou uma agência para aumentar a conta de água. Essa é a mentira mais deslavada que pode ser dita para um cidadão, porque o governo não precisa da Assembleia nem de agência para aumentar a conta de água; basta fazer uma portaria e aumentar. Mas, agora, isso mudou. O governo terá que provar que é necessário aumentar a conta de água, e a agência pode até exigir uma redução do valor. Sr. Presidente, além de declarar o voto, esse esclarecimento é importante. Parabéns ao Presidente Alberto Pinto Coelho e V. Exa. pela postura democrática, equilibrada, civilizada e respeitosa com que conduziram o semestre, em especial neste momento final, em que houve um processo de debate mais acirrado. Deixo minha preocupação, ao retornarmos na primeira semana de agosto, com os projetos que não foram votados, como o Código Florestal Mineiro, por exemplo. Temos que melhorar a legislação ambiental para proteger o meio ambiente, mas também para respeitar o produtor rural, que às vezes está sendo incriminado injustamente na sua atividade de produzir. Há um projeto que autoriza o governo a captar recursos no BNDES para concluir obras de pavimentação asfáltica e há também um de minha autoria, que regulamenta a relação das associadas com a Uemg, para darmos sequência ao ProUemg, que é um programa que financia o aluno carente nas unidades associadas da Uemg. Temos, portanto, muito serviço pela frente. Espero retomarmos rapidamente nossos trabalhos. Usaremos os próximos 15 dias de julho para estar com nossas bases ouvindo sugestões e críticas.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, cumprimento-o por sua atuação democrática durante todo esse tempo e também os que, durante o semestre, fizeram esta Casa mais participativa e aberta ao povo, fortalecendo assim a democracia representativa e avançando para a democracia direta. Cumprimento, por fim, as Deputadas e os Deputados desta Casa, sobretudo os que têm compromisso com a participação popular. Votei favoravelmente ao projeto da LDO e à redação final. Foi tudo amplamente debatido. Naturalmente, desejávamos avanço em relação a investimentos em políticas públicas e a transparência. Se não foi o ideal, pelo menos vários passos foram dados nessa direção. Aproveito, Sr. Presidente, a oportunidade de reforçar que hoje, às 23h59min, encerra-se o prazo de inscrição no Enem pela internet. O Enem possibilita ao jovem, ao adulto, à mineira, ao mineiro que queiram estudar atestado de conclusão do ensino médio e bolsas de estudos para universidades particulares e federais. Apenas a UFMG não está no sistema, mas, a partir de 2011, pretende fazê-lo. Que todos os que desejam estudar façam sua inscrição. Quem fez ensino médio em escola pública não paga taxa de inscrição. Os demais pagam R\$35,00. Os "sites" a serem acessados são: www.enem.inep.gov.br e www.mec.gov.br. É importante que o povo de Minas Gerais saiba que a inscrição se encerra hoje, às 23h59min. Você que nos está vendo pela TV Assembleia, por favor, divulgue entre os vizinhos, parentes, colegas de trabalho e nas ruas. No ano passado houve 4 milhões de inscritos. Este ano, até ontem, não tínhamos ainda esse número. Não deixem para os últimos minutos, porque a internet pode ficar sobrecarregada, e a inscrição só é possível por esse meio. Se você não tem computador em casa, procure uma escola ou um amigo que tenha internet. São considerados dois pontos para a obtenção de bolsa de estudo: o resultado da prova do Enem e a análise socioeconômica do candidato. Principalmente você que deseja estudar e não tem como pagar uma universidade particular, faça sua inscrição. Isso é importante. Trata-se de um programa do governo Lula graças ao qual há 400 mil jovens do País fazendo curso superior. Você poderá receber de 50% a 100% de bolsa de estudo.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do ex-Deputado Bené Guedes, atual Prefeito Municipal de Leopoldina, que aqui está matando saudade da Casa. Desejamos a ele muito êxito em sua nova função. Cumprimenta também os pares pelo trabalho conjunto durante o semestre, cada qual dentro de suas possibilidades, atribuições e setores, e deseja a todos um bom recesso e um feliz regresso no início de agosto.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvoando as extraordinárias de logo mais, às 14 e às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 3 de agosto, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

PRONCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

61ª reunião ordinária da 3ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos proferidos em 15/7/2009

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar queria parabenizar o Deputado Sebastião Helvécio, eleito Conselheiro do Tribunal de Contas, numa festa democrática. Mas toda história tem um bastidor. Ontem fui cobrado neste Plenário e gostaria que ele estivesse presente para confirmar ou desmentir o que vou falar. Trata-se do Deputado Dalmo Ribeiro Silva. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva chamou a atenção deste Deputado, dizendo que eu havia tirado seus votos.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva participou de reuniões quando o Governador determinou ao Líder do Governo que não disputasse a vaga de Conselheiro. Fui convidado, juntamente com ele, pelo Deputado Mauri Torres, pelo Deputado Alberto Pinto Coelho, juntamente também com meu afilhado político, Deputado Dinis Pinheiro, na presença do Deputado Rêmoló Aloise e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, a conseguir alguém para disputar a vaga no Tribunal de Contas, porque o Tião não poderia ser eleito para a vaga no Tribunal.

Sou suplente. Tenho que fazer o que o governo me manda fazer ou o que os representantes do governo nesta Casa me mandam fazer. Qual era a missão? O Deputado Irani Barbosa ter de 25 a 27 votos no 1º turno e o Deputado Dalmo Ribeiro Silva ter de 27 a 30 votos no 2º turno. Conclusão: o Deputado Sebastião Helvécio não conseguiria ir para o 2º turno. Com isso, o PSDB teria o Deputado Dalmo Ribeiro Silva no Tribunal de Contas.

Aprendi com meu pai que homem tem que ter honra. Se eu firmar o compromisso com algum de vocês de ir a pé daqui a Manaus, se alguma pessoa com quem firmei o compromisso de ir junto morrer no meio do caminho, vou arrastá-la até lá. Meu compromisso vale até na morte. Há homens que não honram compromisso, mas aprendi a honrar.

Fizemos o seguinte: missão minha e do Deputado Rêmoló Aloise, auxiliados por alguns companheiros da Casa: manter o Deputado Irani Barbosa com 25, 26 votos para disputar o 1º turno. Missão do Deputado Mauri Torres, do Deputado Alberto Pinto Coelho, do Deputado Dinis Pinheiro e de outros, mas esses foram os que se sentaram à mesa: dar de 27 a 30 votos ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Da coligação PP-PTB-PSDB-DEM, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva sabe que eu tive apenas 5 votos. Sobraram então, da coligação, 25 votos. Com os 5 votos que o Deputado Dalmo Ribeiro Silva teve, chega-se a 30 votos. Conclusão, Deputado Sebastião Helvécio: V. Exa. hoje não estaria nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas.

Na hora da eleição, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva deu chique aqui, não entendo por quê. "Vocês tiraram meus votos. Isso não estava combinado!". Da minha parte, cumpro o que combinei, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e continuo chamando V. Exa. aqui para confirmar ou desmentir o que estou falando.

O acordo, da minha parte, foi cumprido. Tudo o que me pedem e de que aceito participar cumpro. Tenho honra. Aprendi isso quando criança. Há homens que aprendem a não ter honra. Fingem ter, mas não têm. Cumpro. Não cumprimos com o senhor, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Foram os Deputados Alberto Pinto Coelho, Mauri Torres que o chamaram para essa missão, e o Deputado Dinis Pinheiro participou com os dois dessa empreitada.

Fizemos isso. Não tive votos dentro do PSDB nem mesmo do meu afilhado, Deputado Dinis Pinheiro, que não pôde votar em mim por não poder honrar compromisso, por ter maiores compromissos com o governo.

Então, só queria trazer esse esclarecimento a todos, porque isso foi um jogo combinado. Não errei no que me competia. Não creditem a mim qualquer desavença.

Deputado Sebastião Helvécio, a história real é essa.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - A história de V. Exa. é bonita. Um homem público que peregrina pela vida pública por 30 anos é merecedor do nosso respeito e da nossa consideração.

O Deputado Irani Barbosa* - Obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - V. Exa. me citar como afilhado político me é caro, naturalmente deve ser pelo apreço que V. Exa. sempre teve pela família Pinheiro, sobretudo pelo meu querido amigo e irmão Toninho Pinheiro, mas minha família tem apreço ímpar por V. Exa. também.

O Deputado Irani Barbosa* - Primeiramente, V. Exa. é meu afilhado de casamento. Em segundo lugar, é afilhado político, sim.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Mas vamos ser claros. Retratar, externar a realidade é algo que trago do meu berço. Sou homem. V. Exa. teve oportunidade de conhecer o meu saudoso pai e conhece a minha mãe. Gostaria que V. Exa. declinasse a data, o dia em que estive com V. Exa., com o Deputado Rêmoló Aloise, com o Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho e com o Deputado Mauri Torres para avocar V. Exa. ou o Deputado Dalmo Ribeiro Silva para ser candidato. Gostaria que V. Exa. me refrescasse a memória. Tenho apreço por V. Exa., pelos Deputados Dalmo, Sebastião Helvécio e por todos os que aqui se encontram.

O Deputado Irani Barbosa* - Acalmou-se, Deputado?

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Não é questão de me acalmar. Tenho compromisso com a verdade.

O Deputado Irani Barbosa - Acalmou-se, Deputado?

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Tenho compromisso com a verdade. Jamais participei de reunião desse tipo.

O Deputado Irani Barbosa* - O Deputado Rêmoló Aloise está vivo, assim como o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. O Deputado Mauri Torres está nesta Casa, assim como o Deputado Alberto Pinto Coelho está aqui. V. Exa. participou não foi de uma, nem de duas, nem de três, mas, sim, de mais de cinco reuniões que tivemos.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Jamais fiz algum chamamento de reunião para V. Exa. ser candidato.

O Deputado Irani Barbosa* - Participou de mais de cinco reuniões.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Jamais fiz algum chamamento ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva para ser candidato. Seja claro.

O Deputado Irani Barbosa* - Deputado Dinis Pinheiro, V. Exa. pode tentar tudo, mas participamos de mais de cinco reuniões de que V. Exa. também participou. E sabia muito bem qual era a sua missão: arrumar votos para o Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Deputado Irani, chamar e convidar para ser candidato é uma coisa, participar de reuniões com V. Exa. e com tantos outros Deputados, participei inúmeras vezes. Não só com V. Exa., mas também com os Deputados Rêmoló Aloise e Alberto Pinto Coelho. Com o Deputado Mauri Torres, não me lembro.

O Deputado Irani Barbosa* - Deputado Dinis Pinheiro...

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Agora, jamais o Deputado Dinis Pinheiro participou de qualquer reunião que tivesse por objetivo chamar V. Exa. ou o Deputado Dalmo, por quem tenho um carinho extraordinário, para ser candidato. Portanto, reitero, não deturpe as questões. Jamais convidei quem quer que seja. Até não deveria estar aqui para fazer esse esclarecimento, mas a minha vida, a minha história sempre foi de enfrentamento. V. Exa. sabe muito bem disso.

O Deputado Irani Barbosa* - V. Exa. vai acabar com o meu tempo nesse aparte.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Acho até que, ao fazer isso, estou fazendo uma homenagem a V. Exa., à sua história. Talvez fosse até mais prudente politicamente me aquietar e me silenciar. Mas V. Exa. conhece a minha criação, sabe de onde vim, sabe da minha família, dos obstáculos, sabe de tudo. Então, essa é minha vida. Uma vida pública clara e transparente. É importante que eu esclareça às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que em momento algum chamei quem quer que seja para ser candidato, até porque não tenho essa capacidade, esse prestígio. Isso não me compete. Sou um modesto e singelo empregado da população mineira.

O Deputado Irani Barbosa* - Entendo tudo isso que V. Exa. falou, Deputado, mas V. Exa. não conseguiu cumprir os seus compromissos: honrar os votos para o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Esse era o nosso trato - meu, do Deputado Rêmo Aloise, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, do Deputado Mauri Torres, do Deputado Alberto Pinto Coelho e de V. Exa. Aliás, encontramos-nos diversas vezes no gabinete do Deputado Rêmo Aloise para tratar desse assunto, quando eu ainda queria convencer V. Exa. de que, como meu afilhado político e de casamento, deveria dirigir seus votos para mim, mas V. Exa. declinou dizendo que tinha compromisso de passá-los ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Se V. Exa. quiser desmentir o que disse, pode fazê-lo quando quiser, mas aprendi em minha vida o seguinte: a política não me tira a honra. Se V. Exa. não pôde cumprir seus compromissos, isso não é um problema meu. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Adalclever Lopes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero iniciar meu pronunciamento sendo solidário com os servidores administrativos da Polícia Civil, de que aprendi não só a gostar. Fui acolhido lá. Era o único funcionário de cargo em comissão que compunha a Secretaria no governo Itamar Franco. Todos ali eram funcionários públicos concursados e lá me receberam com todo carinho e dignidade. Até hoje me considero um político da Polícia Civil e conheço a luta desses servidores administrativos, que recebem uma miséria. É absurda sua carga de trabalho e a forma como são tratados. O governo precisa resolver isso logo. Se hoje lá existem quase 70 mil ou 80 mil processos sem mandado de prisão, lembro que houve uma investigação, um trabalho de toda a Polícia Civil, cujo pessoal é integrado por Delegados, Detetives e funcionários administrativos - os grandes trabalhadores, os que ajudam a compor o trabalho de toda a Justiça, de toda a Polícia Judiciária. Para chegar ao fim de um inquérito e enviá-lo à Justiça, os funcionários administrativos da Polícia Civil trabalham diuturnamente.

Querido Líder Deputado Gilberto Abramo, quero pedir a V. Exa. que a Bancada do PMDB faça uma reunião com todos esses servidores administrativos e reitere seu apoio em favor do projeto deles. Tenho a Polícia Civil e seus servidores administrativos como a minha família. Sou de lá. Estou Deputado, mas sou da Polícia Civil. Essa é minha bandeira, essa é minha família, e aqui, no Parlamento, me considero um homem da Polícia Civil. Muito obrigado.

O Deputado Gilberto Abramo (em aparte) - Deputado Adalclever Lopes, não é necessário marcarmos uma reunião com os servidores, pois já estamos empenhados em abraçar a causa. Podem ter certeza de que o PMDB está com vocês.

O Deputado Adalclever Lopes* - Obrigado, Líder. Queria aqui reafirmar nosso compromisso com os servidores administrativos da Polícia Civil. A Bancada do PMDB, como disse o nosso Líder, apoia essa luta.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte)* - Sr. Presidente, Deputado Adalclever Lopes, quando vejo o pessoal da Polícia Civil aqui, reclamando, creio que é com razão. E vou dizer o que disse ao Chefe da Polícia Civil na semana passada, numa audiência que tivemos: estão acabando com a Polícia civil, a começar pelos funcionários que ganham R\$380,00. Só o comando da Polícia Civil é que não viu isso ainda. Há um desmanche da Polícia Civil, com os baixos salários de todos os funcionários, que deram origem a essa reivindicação que já não é de agora. Este ano eles se encontram aqui quase que diariamente, reivindicando pelo menos o salário mínimo, que não vale nada, mas eles teriam um aumento dentro da faixa de R\$380,00, que corresponde àquilo que eles ganham hoje.

Mas me preocupo, Deputado Adalclever Lopes. Até disse ao Chefe da Polícia Civil que, quando fui Presidente desta Casa, a coisa que eu mais quis foi trazer a Polícia Civil para dentro da Assembleia Legislativa, com um representante, como têm a PM, o Corpo de Bombeiros, para eles terem representação mais efetiva. Não conseguimos. Não sei quem impede isso. Quando estávamos debatendo o assunto, assustou-me saber que a Polícia civil está saindo de todas as cidades com menos de 9 mil habitantes. Isso é sério, e a Assembleia tem de se manifestar. Hoje não há mais nenhum efetivo de segurança pública sob responsabilidade da Polícia Civil nas cidades que não sejam sede de comarca. O Delegado vai lá de vez em quando, uma ou duas vezes por semana, e faz o que der para fazer. Há lugares que não oferecem estrutura para se trabalhar.

Então, quando se discute a questão do salário, vem esse sentimento, como esse com que estamos aqui hoje, e creio que a Bancada do PMDB pode levantar essa bandeira, que é a preocupação com o desmanche da Polícia Civil. O Chefe disse: "Mas nós não temos gente". Pode não haver Delegados para todas as cidades de Minas Gerais que tenham mais de 5 mil ou 7 mil habitantes, mas esse não é o caso, porque há muitas cidades próximas, e a cidade maior pode ajudar. Mas há cidades onde não há o que fazer. Agora, a Polícia Civil está saindo dos Municípios devido a uma norma interna da Casa que às vezes me assusta muito. Ai entra a questão de o funcionário administrativo continuar ganhando R\$380,00. E para ganhar um pouco mais, R\$450,00, R\$500,00, inventam o desempenho, uma sigla que não se sabe o que é. Com isso, os rendimentos aumentam R\$50,00, R\$60,00, para enganar. Mas o que eles querem é a definição do salário. Qual é o salário do setor administrativo da Polícia Civil?

Deputado Adalclever Lopes, v. Exa. teve uma experiência na Polícia Civil, e vitoriosa. Essa questão da Polícia Civil merece, por parte da Assembleia, uma discussão maior. Não tem justificativa o governo do Estado tirar a Polícia Civil das cidades que não são sede de comarca. Isso é grave, é sério. A presença da Polícia Civil dá uma sensação de segurança, pelo menos. Sem ela, fica tudo nas mãos da Polícia Militar. Até acho que há um trabalho da Polícia Militar de absorver o trabalho da Polícia Judiciária, que é a Polícia Civil. Portanto, creio que temos de levantar essa questão. Quando falaram da unificação da polícia, das ações, na verdade, é só no papel, é só para discurso externo; dentro das corporações há problemas.

Portanto, Deputado Adalclever Lopes, creio que o Deputado Gilberto Abramo pode assumir esse papel em nome da nossa bancada. Que realizemos uma discussão com o governo, até para proteger esses nossos companheiros e amigos que aqui estão. São pessoas que estão há muito tempo na Polícia Civil e que merecem respeito do Estado de Minas Gerais, e nós também podemos dar-lhes respeito trazendo para dentro desta Casa a discussão sobre os salários hoje pagos aos funcionários administrativos da Polícia Civil. Podiam eles estar fazendo esse trabalho na maioria das cidades pequenas. Eu disse ao Chefe da Polícia Civil: você não tem Delegado? Mande um Detetive com a função de subinspetor, ou que seja inspetor, mas que ele exerça o papel em nome da Polícia Civil para valorizá-la.

Presidente Deputado Doutor Viana, estamos aqui começando a fazer essa denúncia e vamos fazê-la no decorrer do ano. Estão acabando com a Polícia Civil. E nos jornais está estampado: "Violência em Minas Gerais está decaindo". Só se for na casa do Governador. Lá não deve haver

violência, em virtude do aparato que ele tem de segurança. A insegurança que vivemos nas ruas hoje, a insegurança que o povo vive em todos os lugares, na zona rural, nas pequenas cidades, é patente.

Vêm dizer que a violência está diminuindo? Estão querendo dizer que são os homicídios, os latrocínios. Isso realmente é sazonal: em uma hora aumenta, em outra diminui. Mas sabe por que estou falando muito no seu horário, Deputado Adalclever Lopes? Porque observei o seguinte: se formos à Polícia Civil hoje, o Delegado estará lá preenchendo um monte de papéis. São relatórios para todas as situações: quanto foi a energia elétrica, quanto gastou de ponte, quem entrou lá, quem saiu, quem foi de sapato preto, quem foi de sapato branco, quem estava com o cabelo penteado, quem estava malvestido. É relatório todo dia. Mas pergunto: para quê? Isso dará segurança à população? O governo inventou hoje essa papelada; é relatório para tudo. Então, estou propondo fazermos uma discussão aqui, na Assembleia, sobre o papel do papel. Para que tanto papel, para que tanto questionário, para que tanto relatório da segurança pública? Sabemos, Deputado Vanderlei Miranda, que hoje, se houver uma vítima de arma de fogo venha a morrer no hospital, a Polícia Civil declara que ela morreu de outra coisa, não foi de tiro, não foi homicídio.

Então, Deputado Adalclever Lopes, levanta-se em uma boa hora essa discussão. Vamos fazê-la em nome do partido, em nome do povo mineiro, em nome principalmente dos seus amigos, seus companheiros, nossos companheiros da Polícia Civil.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Nobre companheiro Deputado Adalclever, serei breve. Quero dizer duas coisas. A primeira delas é que, como Vice-Líder do PMDB nesta Casa, quero somar a minha voz à voz do nosso Líder, Deputado Gilberto Abramo, e à voz, com toda certeza unânime, da nossa bancada de lutar em favor dos servidores da Polícia Civil. A primeira abordagem é essa.

A segunda é para dizer que, concordando com que o Deputado Antônio Júlio disse, temos nesta Casa um representante do Exército que faz a intermediação dos interesses desta Casa com o Exército. Temos aqui muito bem representada a Polícia Militar, por um Tenente-Coronel que faz um excelente trabalho de relação entre esta Casa e a Polícia Militar. Temos também um excelente profissional Oficial do Corpo de Bombeiros que faz a relação desta Casa com o Corpo de Bombeiros. E eu, particularmente, no início do meu mandato, lutei junto ao Secretário da Casa Civil, Danilo de Castro, para que trouxéssemos para esta Casa um representante da Polícia Civil e, nesse caso, um amigo particular, Dr. Jacy de Abreu, pessoa por quem tenho o maior apreço. E não conseguimos colocar aqui dentro um representante da Polícia Civil, apesar de todo o esforço, todo o trabalho. Realmente isso nos frustrou, mas a Polícia Civil precisa saber que, independentemente disso, tem representantes que estão trabalhando e zelando para que ela possa, no que depender desta Casa e da Bancada do PMDB, alcançar as vitórias de que necessita para a melhora das suas condições de trabalho e, principalmente, da sua condição salarial. Muito obrigado.

O Deputado Adalclever Lopes* - Quero aqui lembrar o meu querido chefe, sempre chefe, nosso Secretário Márcio Domingues. Digo que ele muito bem me ensinou isso: que, infelizmente, a polícia mexe com a consequência, e não com a causa. E a causa hoje, no Estado de Minas Gerais, é social. Não temos sequer um projeto social do Estado, e quem sofre a consequência é a população, a segurança pública. E a Polícia Militar e a Polícia Civil são como irmãs siamesas: são duas cabeças em um só corpo.

A segurança pública é necessária. E quem faz a maior parte do trabalho para que o policial vá investigar, efetuar prisões é o funcionário administrativo, que está mal remunerado, passando necessidade. Seu filho não tem a mínima condição de estudar em uma escola boa, não tem condição de morar em um lugar melhor. Ele já chega a sua casa desmotivado.

É por isso que fazemos, caro Líder, por meio do PMDB, um apelo ao Governador do Estado: melhore a segurança pública respeitando a dignidade daqueles que honram a Polícia Civil, que são os seus funcionários, seus servidores administrativos. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Quero saudar a todos e a todas. Parabeno, mais uma vez, por sua presença aqui, os servidores administrativos da Polícia Civil, além de parabenizá-los também pelo empenho e pela batalha incansável. Tem havido um verdadeiro abuso, porque já são anos e anos de mobilização dos servidores e de reunião com o governo, com o Secretário, de mobilização nesta Casa, mas, infelizmente, não sai nada do papel. Continuam recebendo realmente um vencimento abaixo do salário mínimo, R\$380,00, uma verdadeira injustiça contra os servidores administrativos da Polícia Civil.

Faço mais um questionamento sobre um projeto que está para ser votado. O Governador enviou um projeto para cá para dar aumento ao seu piloto. No caso, não há problema. Pode dar aumento à vontade. Há uma emenda em um projeto aqui para aumentar o salário apenas do piloto.

Questionamos a incoerência da iniciativa. Por quê? O Deputado Sargento Rodrigues apresentou uma emenda muito importante para os servidores. Se for dar o aumento, que ele seja dado também para quem é piloto da Polícia Civil, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros, em face do princípio da isonomia. Infelizmente, a emenda do Deputado não foi acatada, tendo sido rejeitada. Posteriormente, ele apresentou novamente a emenda no Plenário. Ora, não se respeita a isonomia quanto ao conjunto dos servidores.

Se fizermos uma análise da situação, verificaremos que os servidores de Minas Gerais são os que têm os menores salários de todos os Estados da Federação. É uma grande incoerência. Por quê? Quando o atual governo assumiu o Estado, havia prometido na campanha garantir a valorização dos servidores. O orçamento, de 2003 até hoje, aumentou de R\$17.000.000.000,00 para quase R\$40.000.000.000,00. Pergunto: de 2003 até hoje, o salário de vocês aumentou 300%, praticamente três vezes? Não. O salário dos professores aumentou quase 300%? Não aumentou nada. É uma grande injustiça também contra os servidores da educação, que não tiveram nada de aumento. Houve apenas a transformação da VTI, incorporando-se 5% ao salário. Isso não é aumento. É o que eles já recebiam. O mesmo ocorre com os outros servidores do Estado, os policiais militares e os policiais civis.

Quem está mais na penúria? Reconhecemos que temos de garantir a valorização de uma forma geral para todas as categorias do Estado, mas não há como negar que a situação de vocês não tem mais jeito de continuar como está. O rendimento abaixo do salário mínimo para os servidores que estão trabalhando praticamente há mais de 20 anos no Estado é uma grande injustiça, um grande crime.

O governo tem de se posicionar e resolver o problema de forma imediata, porque não dá mais para tapar o sol com a peneira. Tem de resolver de uma vez por todas a situação dos servidores administrativos da Polícia Civil. Esse empenho de vocês é fundamental. Quantas e quantas vezes conversamos com o Chico sobre a situação? Infelizmente, às vezes o governo funciona igual ao feijão: sob pressão mesmo, sob mobilização. Se não forem para a rua protestar, se não lotarem esta Casa e questionarem, infelizmente as coisas não acontecem. É realmente uma grande injustiça.

Ficam aqui os nossos questionamentos. Na hora de valorizar e reconhecer o direito dos servidores, o governo é muito lento e parece uma tartaruga anestesiada, mas, na hora de dar aumento em relação aos tributos, não tem problema. A tarifa de energia elétrica aqui em Minas Gerais é uma das mais caras do Brasil.

É o ICMS mais caro do Brasil. Vocês sabem muito bem que o que vocês recebem mal dá para pagar a conta de luz, e a conta de água da

Copasa é uma das tarifas mais caras do Brasil. Sempre tenho falado que a água e a luz são para o povo brasileiro, para o cidadão, como se fossem o arroz e o feijão. São bens públicos essenciais à vida e não podem ser tratados como mera mercadoria.

Estamos fazendo uma campanha que está percorrendo todo o Estado de Minas Gerais, com uma caravana contra as altas tarifas de água da Copasa. Aliás, hoje estaremos na porta do Mineirão, na entrada do jogo, e depois de amanhã, no jogo do Atlético contra o São Paulo, para divulgar a nossa campanha, que não termina aí, já que ela será levada a todas as regiões do Estado, a Vereadores, entidades, igrejas e associações, numa grande participação da população contra os valores elevados que são cobrados pelas tarifas públicas do nosso Estado. Realmente, existem muitas e muitas injustiças.

Também denunciei da tribuna - há pouco conversava sobre isso com um colega - a questão da licitação para o aluguel dos veículos da Cemig no valor de R\$147.000.000,00. De acordo com o levantamento que fizemos, o governo não gastaria mais de R\$60.000.000,00 se fosse comprar esses veículos. Pela terceira vez, conseguimos suspender essa licitação, demos entrada com uma representação no Ministério Público e denunciamos ao Tribunal de Contas, que, pela terceira vez, suspendeu essa licitação tendo em vista a denúncia que fizemos de supostas irregularidades. Isso porque, se essa licitação saísse da maneira como queriam, no ano que vem eles jogariam esse valor na planilha de custo para aumentar ainda mais a conta de energia elétrica do cidadão mineiro. Esperamos que a Cemig, de uma vez por todas, desista dessa licitação e compre os veículos por um valor muito mais barato.

Ainda está valendo a liminar que ganhamos por meio da representação ao Ministério Público, impedindo o aumento do valor da água da Copasa. A tarifa de água da Copasa iria aumentar, em média, 9%, a partir do mês de março, mas nós conseguimos suspender esse aumento no Tribunal de Justiça. Também conseguimos que o STF mantivesse a suspensão desse aumento deixando de acatar a solicitação da Copasa. E agora vamos continuar pressionando, e muito, para acompanhar a agência homologatória e tarifária que foi criada no nosso Estado com o objetivo de aumentar o valor da tarifa de água e esgoto do nosso Estado, que são muito caras. Sempre tenho denunciado isso e vamos continuar investindo pesado nesse ponto, porque a Copasa não pode continuar jogando a água junto com o esgoto, ou seja, todo o seu esgotamento sanitário, nos rios, nos lagos e no meio ambiente. Quem mais polui o meio ambiente no nosso Estado é a companhia de água e esgoto daqui, a Copasa, em diversas e diversas cidades, jogando o esgoto diretamente nos rios. O pior de tudo isso é que ela ainda cobra pelo serviço que não é prestado, com valores altíssimos.

Estive em Montes Claros, na exposição, na semana retrasada, e ficamos na porta da exposição conversando com milhares e milhares de pessoas. Panfletamos e pegamos assinaturas para abaixo-assinado. Fizemos uma grande mobilização na cidade de Montes Claros. Gostaria de parabenizar o Fábio Neves, que é o nosso representante, quem está coordenando a campanha pelo valor justo para as tarifas cobradas pela Copasa em Montes Claros. Ele já havia coordenado a campanha em Montes Claros em relação à tarifa de energia. Foi muito importante a presença, o diálogo com as pessoas, o olho no olho. Lá chegamos às 9 horas da manhã e saímos às 3 horas da madrugada do outro dia. Estivemos em contato com mais de 30 mil pessoas. Realmente, todo o mundo estava indignado com os valores abusivos cobrados pela Copasa. Prova disso são os lucros-recordes que a Copasa teve em apenas três meses. Nos três primeiros meses do ano, a Copasa teve um lucro de mais de R\$133.000.000,00, e nos últimos seis anos foi distribuído mais de meio bilhão de reais aos acionistas da Copasa, fruto do sofrimento e do sacrifício do povo mineiro, que paga as tarifas mais caras do Brasil, de água, de esgoto e de energia elétrica.

Da mesma maneira, estivemos, no final de semana, em uma exposição em Iturama; e estaremos, neste final de semana, em Prata. Percorreremos todo o Estado conscientizando, envolvendo a população para participar da campanha, da mesma maneira que os servidores administrativos estão dando um exemplo de persistência aqui. É isso mesmo que deve ser feito: não podemos abaixar a cabeça. É preciso ir à luta, acreditar, ter fé, determinação, porque a luta de vocês é muito justa.

O Estado arrecada muito cobrando taxas tão elevadas e impostos. O IPVA de Minas Gerais é o mais caro do Brasil. Em São Paulo, veículos com mais de 10 anos têm isenção; em Goiás, veículos com mais de 10 anos também têm isenção, não há taxa de licenciamento e o valor do IPVA é muito mais baixo. Em Minas, você precisa pagar uma taxa de licenciamento, que, na nossa avaliação, é inconstitucional. O ICMS do álcool é de 25%; já em Goiás, o ICMS é de 15% e, em São Paulo, é de 12%. O nosso Estado tem o ICMS mais caro. O governo arrecada, e arrecada muito. É por isso que o orçamento chega a quase R\$40.000.000.000,00. Mas a grande injustiça é o servidor não ser valorizado, porque dinheiro no caixa existe, e muito; há dinheiro de sobra. Prova disso - falo e provo - é que saiu em todos os jornais, nesta semana, que apenas para equipar o novo Centro Administrativo o Estado gastará R\$100.000.000,00. São R\$100.000.000,00 só para comprar cadeira, mesa. Acho que o pessoal que trabalha nessa área que participará da licitação deve estar fazendo festa, não é? Vocês sabem o que significam R\$100.000.000,00? É como se fossem mais de dois prêmios da Mega-Sena acumulada para comprar mesa e para comprar cadeira, para mobiliar o Centro Administrativo. Vejam bem, R\$100.000.000,00! O governo está gastando mais de R\$1.000.000.000,00, que significa mais de 20 prêmios da Mega-Sena acumulada. Esse é o valor que o governo está gastando para a construção do Centro Administrativo. Aí pergunto: o Centro Administrativo é prioridade para o governo? Não é prioridade. Estamos vivendo sérios problemas na área da saúde, onde esse dinheiro poderia muito bem ser empregado. Aliás, para a saúde o governo também não cumpre a Emenda nº 29; infelizmente, não cumpre o que determina a Constituição. São mais de R\$1.000.000.000,00 para a construção do Centro Administrativo.

O nosso Estado é um dos que tem uma das maiores cargas tributárias do País, uma arrecadação altíssima, o que gera uma grande contradição, porque os servidores que tanto ajudaram no crescimento e no desenvolvimento do Estado infelizmente não são valorizados. Se formos parar para pensar, Minas Gerais tem uma das maiores arrecadações de todos os Estados da Federação. Então, os servidores, os professores, os servidores administrativos, os policiais do Estado devem ser bem valorizados. É isso o que acontece? Não, é o contrário. Os servidores públicos de Minas Gerais têm um dos menores salários entre todos os Estados da Federação. Se pensarmos em fazer uma comparação entre os salários dos servidores de Minas e os de Goiás, veremos que não há como comparar. Tomemos São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Distrito Federal: não há como comparar. Trata-se de um verdadeiro absurdo, é um grande desrespeito com os servidores do nosso Estado.

Por um lado, o Estado arrecada muito, mas, infelizmente, não distribui esse bolo com justiça social, principalmente nas áreas prioritárias, como a da saúde. Infelizmente o Estado faz uma camuflagem em relação à segurança pública: a criminalidade tem crescido muito e tem assustado a população.

Por fim, quero dizer mais uma vez que a nossa campanha em relação às tarifas de energia elétrica e de água e esgoto vai continuar e com muita força, para o que contamos com o apoio dos servidores. Aliás, parabéns mais uma vez aos servidores, de forma muito especial os servidores administrativos da Polícia Civil, que lutam por aquilo que lhes é de direito, pois não se pode aceitar um vencimento de R\$380,00, menos de um salário mínimo. Acho que vocês devem continuar na luta com muita firmeza. Parabéns, e prossigam com a mobilização. Um abraço.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Juarez Távora - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, boa tarde. Depois de duas semanas de intensos trabalhos, concluí o meu parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.337/2009, que trata das diretrizes orçamentárias para o exercício de 2010, votado e aprovado na noite de ontem na Comissão de Fiscalização Financeira, com integrantes das demais Comissões, e que será discutido e votado neste Plenário.

Reconheço a responsabilidade de ser o relator desse importante projeto, que prepara as bases para a elaboração do Orçamento de 2010, fazendo o elo entre este último e o PPAG. O projeto é muito complexo, em especial quanto ao detalhamento constante dos anexos, e propicia

uma boa oportunidade de se aprofundarem os conhecimentos e de participação efetiva no planejamento de todas as ações do governo, na busca de conquistas e soluções duradouras para a sociedade.

Destaco a colaboração dos colegas que apresentaram as propostas de emenda, no total de 211. Porém, parte expressiva delas foi de cunho alocativo, ou seja, aquelas que estabelecem que a lei orçamentária deverá conter dotações para custeio de ações específicas ou genéricas.

Entendendo que as matérias relativas à alocação de recursos, ações e programas do Estado devem ser tratadas durante a discussão do PPAG e da lei orçamentária, no segundo semestre, adotei um critério único e deixei de acolhê-las, bem como aquelas que alteram o anexo de prioridades e metas ou propõem a criação de ações.

Também não pude, a partir de análise técnica, acatar outras propostas, a exemplo daquelas que devem ser tratadas por legislação específica ou que propõem indexação salarial impróprias à LDO ou que alteram a definição de ações e serviços públicos de saúde para efeito da aplicação de recursos na Lei Orçamentária, matéria da Emenda nº 29/2000 à Constituição Federal, que tramita no Congresso Nacional.

Tenho a convicção de que muitas dessas emendas, por sua relevância, serão reapresentadas e acatadas no segundo semestre, no momento em que discutirmos o PPAG e a Lei Orçamentária.

De outro lado, acatei na íntegra ou fiz ajustes nos textos de propostas que fazem retornar ao projeto alguns dispositivos que esta Casa havia incorporado em exercícios anteriores e que significam avanços importantes e outras que estabelecem a obrigatoriedade da apresentação de quadros demonstrativos, que facilitarão a análise do projeto orçamentário. São exemplos que posso destacar.

Tive oportunidade de dialogar com quase todos os autores dessas emendas, discutindo pontos de vista e dando-lhes ciência do meu entendimento sobre cada uma delas. Expresso publicamente os meus agradecimentos a todos os que aceitaram os meus argumentos e que entenderam que meu único objetivo foi aprimorar a legislação e buscar avanços, mantendo a tendência histórica desta Casa. Encerrando, agradeço também aos Consultores que me assessoraram nesse trabalho com muita dedicação e indiscutível competência.

Nesta tarde, este Plenário não só cumpre com o seu dever constitucional como também demonstra que participa da definição e acompanha efetivamente as ações do governo, sobretudo do seu planejamento. Obrigado.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Prezado Deputado Juarez Távora, quero, inicialmente, parabenizá-lo. V. Exa. é, hoje, uma das grandes revelações deste Parlamento, aonde chegou trazendo uma ampla experiência, profissional competente que é e conhecedor de diversas atividades, especialmente na área de obras.

A sua sensibilidade como cidadão e homem público tem feito de V. Exa. um parlamentar atento, participante ativo de todas as comissões. O Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, Deputado Zé Maia, e os demais pares da comissão ampliada foram muito felizes ao lhe entregar, em nome dos 77 Deputados, essa missão de fazer o relatório da LDO. Não é tarefa fácil, porque cada Deputado quer levar suas sugestões, mas tornou-se mais fácil com o espírito democrático de V. Exa., que procurou ouvir a todos, em que pese não ser possível acolher as sugestões no nível de detalhamento que alguns colegas querem, expressando seu desejo em relação a uma ou outra obra em especial. Isso não seria possível, mas não fica impedido de ser atendido, uma vez que a LDO estabelece as diretrizes gerais.

Eu, por exemplo, sinto-me atendido ao ter encaminhado a V. Exa. algumas sugestões e haver obtido sua atenção. Destaco minha preocupação com a construção de um hospital público regional em Divinópolis para atender todo o Centro-Oeste mineiro. Se isso não era possível como emenda nominal, ficamos tranquilos ao ver que V. Exa., cumprindo todos os preceitos da LDO, fez assegurar que o Orçamento estará devidamente preparado, com sua capacidade de fazer investimentos nas obras de construções de hospitais e postos de saúde, inclusive sob a forma de convênios. É o caso desse convênio a ser celebrado com o governo, estamos em fase adiantada, para a construção de um hospital em Divinópolis que atenda a região, superando o grave problema da falta de leitos para o paciente do SUS no Centro-Oeste. Esse hospital terá início ainda neste ano, se Deus quiser. Estamos acabando de acertar, com o Governador, os detalhes de um convênio que irá prever recursos do Orçamento em curso de 2009 e do Orçamento de 2010, que é objeto da LDO. Por isso, já agradeço a V. Exa. por estarmos incluindo essa parte de investimento na área da saúde, que garantirá a continuação do hospital com os recursos necessários. Além dos que o Governador irá liberar agora, os do ano que vem, para que a obra não apenas se inicie, mas tenha começo, meio e fim. Parabéns e muito obrigado.

O Deputado Juarez Távora - Obrigado. Na conversa que tivemos a respeito desse hospital, não pudemos colocar a emenda como nominal, mas ela já está nas diretrizes para ser incluída no ano que vem.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Ilustre Deputado Juarez Távora, cumprimento-o pelo êxito do seu trabalho na apresentação e aprovação do seu parecer na Comissão de Fiscalização Financeira, encaminhado agora ao Plenário. O êxito se deu justamente pela forma serena e equilibrada como V. Exa. conduziu a relatoria desse importante projeto de lei, que trata das diretrizes para elaboração do Orçamento a ser encaminhado pelo governo do Estado a esta Casa.

Além da sua serenidade e equilíbrio, está a sua disposição em ouvir os parlamentares. Sabemos das demandas enormes, e nem todas as ações são passíveis de acatamento. Sou testemunha do seu esforço em ouvir os colegas e se aprofundar na discussão. Por essa razão, tivemos aprovação do seu parecer. Parabéns. É uma grata revelação, como disse o Deputado Domingos Sávio. O Deputado Sebastião Helvécio, que é um "expert" nessa matéria, um professor no que tange às leis orçamentárias que tramitam nesta Casa, foi eleito para ser Conselheiro do Tribunal de Contas ontem, e precisamos ter novas pessoas com vocação para o estudo dessas matérias. V. Exa. se credencia ao cumprir com êxito total o seu papel como relator do projeto da LDO. Parabéns.

O Deputado Juarez Távora - Agradeço, caro amigo, colega e companheiro Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, que me deu a grata surpresa de acreditar em mim como relator desse importante projeto.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Ilustre Deputado Juarez Távora, V. Exa. se saiu muito bem nessa grande primeira missão que lhe foi conferida. Teve o cuidado de ouvir os parlamentares e discutir cada ponto. No que diz respeito à LDO e às questões relativas à Comissão de Participação Popular, para assegurar os projetos estruturadores do PPAG e a LDO, V. Exa. tomou o cuidado de garantir que as emendas populares sejam executadas ao final. Isso é um grande mérito de V. Exa.

Também tive oportunidade de conversar com V. Exa. sobre o planejamento orçamentário para a implementação do programa da bolsa-atleta no Estado de Minas Gerais. E V. Exa. trabalhou sobre a LDO, do ponto de vista técnico, demonstrando-me claramente que ela não inviabilizará a concessão de bolsa-atleta porque, além de já ser uma lei aprovada por esta Casa e sancionada pelo Governador do Estado, consta no plano estruturador do PPAG. Certamente, no segundo semestre haverá um grande avanço com a execução das primeiras bolsas-atletas no Estado. Parabéns V. Exa.

Ao final, quero fazer um pequeno registro, que não é da alçada de V. Exa. e não está sob seu controle. Minas tem avançado, especialmente em algumas áreas estruturais, mas há ainda uma grande dívida neste Estado que a LDO e o PPAG não abrangeram, e precisamos ainda mobilizar-nos muito mais. É a dívida com os nossos servidores públicos, tratados com pouco caso, sem a devida ênfase. O ideal seria que a LDO determinasse que nenhum servidor público neste Estado tivesse um salário básico inferior ao salário mínimo. Infelizmente, essa não é a realidade na Polícia Civil, na educação, no DER e em diversos setores. Mas sei que isso não está na alçada de V. Exa.

Parabenizo-o e registro que V. Exa., como relator do projeto da LDO, fez um grande trabalho, amplo e democrático, e está de parabéns.

O Deputado Juarez Távora - Agradeço ao Deputado Carlin Moura pelas suas colocações.

Para finalizar, quero comentar que a bolsa-atleta já está incluída no PPAG, com R\$3.500.000,00, e é uma garantia aos atletas.

Agradeço a todos os Deputados, colaboradores e assessores, que me ensinaram e tiveram paciência para eu dar o parecer com muita tranquilidade. Muito obrigado a todos e boa tarde.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 20/7/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto nas Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 15.014, de 15/1/04, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5 de novembro de 2007, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 1º/7/09, a servidora Conceição da Aparecida Rocha Néri, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Kline Odontológica Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica. Vigência: 60 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 33.90.39.00.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Oriens Tecnologia Ltda. Objeto: serviço de consultoria para o programa de computador OPEN CMS. Objeto deste aditamento: aditamento em 25%. Vigência: a partir da data de sua assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 3.3.90.39.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços gerais de vigia nas dependências da contratante. Objeto deste aditamento: 1ª prorrogação, com reajuste do preço. Vigência: 12 meses, de 16/7/2009 a 16/7/2010. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 3.3.90.39 (101).

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Telemig Celular S.A. Objeto: prestação de serviço móvel celular e serviços adicionais. Objeto deste aditamento: prorrogação do contrato por 180 dias ou término de procedimento licitatório. Vigência: 180 dias a partir de 2/6/2009 ou até o término do procedimento licitatório para a realização de novo contrato com o mesmo objeto, se ocorrer antes desses 180 dias. Dotação orçamentária: 1011-01.031.729-4.239 (3.3.90.39).

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 23/7/2009, na pág. 33, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Ruy Muniz", onde se lê:

"Juarez Medeiros", leia-se:

"Juarez José de Medeiros".